

CADERNOS  
**AFRO  
 MEMÓRIA**

volume 3 \* número 1  
 ISSN: 2965-2693



ACERVO  
**Geledés**

## CADERNOS AFRO MEMÓRIA

### Editor

**Paulo Cesar Ramos** [Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pesquisador de Pós-doutorado da Universidade da Pensilvânia. Pesquisador do Núcleo Afro-CEBRAP]

### Equipe editorial

**Guilherme Lassabia de Godoy** [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

**Maria Júlia Venâncio Ananias** [Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

**Daniela Vieira** [Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenadora da linha de pesquisa Hip-Hop em Trânsito (Cemi/Unicamp)]

### Projeto gráfico, capa e diagramação

**Luiza De Carli** [Bacharel em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]



Esta obra está licenciada com uma Licença *Creative Commons* Atribuição - Compartilhável 4.0 Internacional.

## NÚCLEO AFRO CEBRAP

### Coordenação Institucional

**Huri Paz** [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)]

### Coordenação de Comunicação

**Poliana Martins** [Pós graduada em Letras (UFMG)]

### Equipe Afro Memória

**Mário Medeiros** [Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth e professor do departamento de Sociologia da UNICAMP]

**Paulo César Ramos**

**Daniela Vieira**

**Jaqueline Lima Santos** [Diretora de Justiça Racial e de Gênero da FES Brasil, Doutora em Antropologia Social pela Unicamp, coordenadora da Linha de Pesquisa Hip-hop em Trânsito (CEMI/Unicamp)]

**Guilherme Lassabia de Godoy**

**Maria Júlia Venâncio Ananias**

### Contato

[afro@cebrap.org](mailto:afro@cebrap.org)

[afromemoria@cebrap.org.br](mailto:afromemoria@cebrap.org.br)

## CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

R. Morgado de Mateus, 615  
Vila Mariana, São Paulo – SP  
CEP 04015-051



Parceria



Financiamento

**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**

Apoio



**Ford Foundation**

IBIRAPITANGA





# SUMÁRIO

- 7 **Geledés: por um antirracismo feminista e negro**  
\* Daniela Vieira
- 12 **Informativo 02**  
\* Maria Júlia Ananias e Guilherme Godoy
- 15 **A importância do acervo Geledés no AEL-Unicamp**  
\* Aldair Rodrigues e Mário Augusto Medeiros da Silva
- 19 **Mulheres Negras, Geledés e Memória: consolidando tradições**  
\* Suelen Girotte do Prado
- 25 **Geledés e a categoria experiência no SOS Racismo**  
\* Milene Marques de Matos
- 31 **Em defesa da imagem, da autoestima e da dignidade de mulheres e meninas negras: mercado de trabalho em pauta no acervo de Geledés**  
\* Taina Silva Santos
- 39 **Nossos documentos existem – foram preservados por Geledés – e estão esperando por nós**  
\* Bianca Santana
- 45 **Fio da memória: o Início, o meio e o início de novo – Entrevista com Soberana Ziza**  
\* Guilherme Renan Domingos

**RECADADO AO LEITOR** \* Para melhor visualização deste material no formato digital, habilite a visualização das páginas duplas. Para fazer isso no *Adobe Acrobat*, basta clicar em *Visualizar / Exibição da Página* e depois marcar as opções *Exibição em duas páginas* e *Mostrar página de rosto em exibição em duas páginas*.




Esta edição é dedicada à memória de **Solimar Carneiro** (1957-2023), fundadora e diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra. Ao longo de seus 66 anos de vida, Solimar se dedicou imensamente às lutas do movimento negro e de mulheres negras. O Acervo do Geledés, protagonista desta edição, reflete parte de suas contribuições e grandiosa trajetória.





**Prefeitura de São Paulo e  
Secretaria Municipal de Cultura  
apresentam:**

# **Geledés: a Discussão da Condição do Negro no Brasil**



**28/4 A 3/5 DE 1998  
CENTRO CULTURAL SÃO PAULO**

**NÚCLEO DE CINEMA E VÍDEO  
SALA LIMA BARRETO  
RUA VERGUEIRO, 1000  
277 36 11, RAMAL 279  
entrada franca**

# GELEDÉS: POR UM ANTIRRACISMO FEMINISTA E NEGRO

*Daniela Vieira*

Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resgatar e preservar a memória dos “condenados da terra” é uma ação política, cultural e pedagógica fundamental à reparação dos povos historicamente colonizados. No bojo desse movimento, que é internacional, inserem-se as ações do projeto coletivo Afro Memória. A publicação dos cadernos homônimos resulta desse processo e, em seu terceiro volume, nos agracia com edição dedicada ao Geledés - Instituto da Mulher Negra, cuja fundação, no contexto do processo de redemocratização e da Constituinte, ocorreu em 30 de abril de 1988 por mulheres negras insatisfeitas tanto com o feminismo branco quanto com o machismo presente no movimento negro.

Desse modo, o objetivo central de Geledés encontra-se no combate ao racismo e ao sexismo, atuando para a equidade e igualdade de gênero e raça e, atualmente, também se posiciona contra outros tipos de discriminações tais como os ataques às populações LGBTQIA+, o racismo religioso, o capacitismo, dentre outras ações que depõem contra a plena cidadania desses grupos historicamente subalternizados. Por meio

do desenvolvimento de projetos vigorosos que contribuem para o fomento de políticas públicas para o bem viver de negras e negros, Geledés aniversariou 35 anos.

Dada a importância e o pioneirismo do Instituto na interseccionalidade entre raça e gênero, parte do acervo de Geledés fora doado ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp em 2021, no âmbito do projeto Afro Memória. Portanto, nesta edição, o leitor encontrará análises dedicadas à sua organização em paralelo à reprodução de documentos presentes no citado acervo, além de entrar em contato com a sua história e, principalmente, com as suas ações e empreendimentos políticos. No conjunto dos artigos, o fio condutor encontra-se no vínculo entre memória, projetos políticos e vir a ser. Tríade certa quando vislumbramos possibilidades de outros futuros e manejos de mudança do presente.

O texto de abertura assinado por Aldair Rodrigues e Mário Medeiros, “**A importância do acervo Geledés no AEL/ UNICAMP**”, descreve justamente o processo de doação do acervo ao

Arquivo Edgard Leuenroth, a “maior coleção de documentos variados sobre a experiência política de intelectuais negras” que havia sido recebida até o momento. Os autores demonstram o quanto a pandemia da COVID 19 e, particularmente, o cenário adverso e temeroso advindo com as eleições de 2018 impactaram nessa articulação. Um dos fatores que viabilizou a doação do acervo ao AEL foi o medo de que o mesmo pudesse sofrer alguma represália, dado, por exemplo, o desmonte que ocorrera com a Fundação Palmares. Esse fato oportunizou a doação dos materiais a um arquivo de uma universidade pública e, junto disso, permitiu contribuições grandiosas para as pesquisas acadêmicas, possibilitando, segundo os autores, o desenvolvimento de novas epistemologias. Afinal, não é pouca coisa um acervo de mulheres negras cujos documentos são produzidos por elas mesmas, registrando as suas histórias e lutas. Conforme Aldair Rodrigues e Mário Medeiros, “o acervo Geledés também é guardião da memória de lutas de outras organizações de mulheres negras e do movimento negro da diáspora que, por diferentes razões, não existem mais e não se encontram em atividade nos dias contemporâneos”.

Após esse ensaio de contextualização e reforço da importância do acervo Geledés para a universidade e, sobretudo, para a sociedade civil, em **“Mulheres Negras, Geledés e Memória: consolidando tradições”**, Suelen Girote realiza um esforço de cruzar as ações de Geledés para o resguardo da memória negra. Além disso, ela descreve sobre o processo de fundação do Instituto através dos encontros estaduais de mulheres negras que ocorriam em várias regiões do país a partir de fins dos anos 1980. Os pilares estruturantes para a constituição de Geledés basearam-se no Programa de Direitos Humanos, no Programa de Comunicação e no Programa de Saúde. Como nos conta Girote, os programas e projetos desenvolvidos em Geledés trazem perspectivas inovadoras, inserindo-se em “ações coletivas que acompanham as demandas da população negra, de modo a garantir que elas cheguem aos debates políticos de nossa república”.

Já o terceiro artigo, escrito por Milene Marques de Matos, **“Geledés e a categoria experiência no SOS Racismo”**, lança luz ao projeto *SOS Racismo* inspirando-se no conceito de “experiência” tal como definido pela socióloga Patricia Hill Collins para compreender as lutas e ações coletivas das mulheres negras. O projeto *SOS Racismo* - Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial, visava abrir o debate sobre racismo junto ao poder judiciário e possibilitar jurisprudência em ocorrências sobre discriminações raciais. Na análise do documento oficial do referido projeto, Matos afirma como a ação das militantes negras paulistanas entre os anos 1970 e 1980 foram essenciais para demonstrar a prevalência do mito da democracia racial no feminismo branco. A autora também percebe o quanto o conceito de experiência, ou melhor, a “continuidade do uso da categoria experiência”, colocou-se como “estratégia de luta e resistência da organização”.

Na mesma chave de análise documental o leitor encontrará o texto escrito por Taina Silva Santos, **“Em defesa da imagem, da auto-estima e da dignidade de mulheres e meninas negras: mercado de trabalho em pauta no acervo de Geledés”**, que contempla a relação entre trabalho e mulheres negras a partir da investigação de vários projetos e ações de Geledés como, por exemplo, o *Projeto Geração 21*, o projeto *SOS Racismo*, o *Programa Brasil, Gênero e Raça*, nas *Propuestas de las mujeres latinoamericanas y caribeñas para Beijing* (1995), na pesquisa *Estudo Regional Sobre o Grau de Progresso Dos Objetivos de Desenvolvimento Do Milênio*, desenvolvida em conjunto com *Colectivamujeres* (Uruguai), *Colectiva Mujeres Afrodescendientes Luanda* (Chile), no *Relatório do I Encontro de Mulheres Negras do Distrito Federal* (1988) etc. A autora traz especial atenção ao modo como as trabalhadoras domésticas aparecem em algumas fontes documentais, como em *Mulher Negra: imagens e reflexões* - “um conjunto de projetos relativos à temática da mulher negra” e na publicação *Emprego Doméstico: a ambiguidade de uma relação social*. Segundo a autora, o amplo conjunto de documentos que o acervo de Geledés apresenta é fonte rica para



visualizar o movimento de mulheres negras e suas produções intelectuais que contribuem para a produção de conhecimento.

Nessa chave da produção de conhecimento e seu vínculo com a memória, tema que perpassa os textos aqui apresentados, o artigo de Bianca Santana intitulado **“Nossos documentos existem – foram preservados por Geledés – e estão esperando por nós”**, apresenta a importância da constituição do Acervo Geledés. Ao narrar a sua experiência como pesquisadora da obra de Sueli Carneiro, Santana é contundente em demonstrar o quanto necessário e urgente são esses documentos para a consolidação de pesquisas de fôlego político e histórico. Ela, ainda, assinala a organização desde o ano de 2021 do acervo pessoal de Sueli Carneiro que, atualmente, apresenta 2.579 documentos digitalizados e 1500 livros.

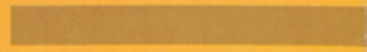
Por fim, a edição nos brinda com entrevista realizada com a artista Soberana Ziza por Guilherme Renan Domingos. A grafiteira e muralista é natural do bairro Jardim Peri Alto, Zona Norte de São Paulo. Na presente entrevista, além do relato sobre o seu processo criativo e trajetória artística e profissional, Soberana Ziza enfatiza questões colocadas em sua obra “Fio da memória”, cuja inspiração encontra-se em Geledés. A obra compõe a exposição *“Memórias do futuro: Cidadania negra, antirracismo e resistência”*, sediada no Memorial da Resistência na cidade de São Paulo, sob curadoria de Mário Medeiros.

Para finalizar, é considerável destacar que Geledés - Instituto da Mulher Negra ampliou a escala de atuação das mulheres negras brasileiras em várias esferas, públicas e privadas, coletivas e individuais. Colocou em primeiro plano, junto aos movimentos sociais, perspectivas dos feminismos negros. Parte considerável do seu legado pode ser apreendido no conjunto de artigos dessa edição. Boa leitura!

# STORIES



# BI



mul



# ETJING

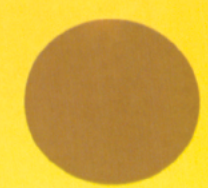
Crédito da imagem: Fundo Geledés, AEL-Unicamp / Afro-CEBRAP

# 5

# ♀

[www.geledes.com.br](http://www.geledes.com.br)

[herneqr@Poder.br](mailto:herneqr@Poder.br)





# INFORMATIVO 02

## 3ª EDIÇÃO CADERNOS AFRO MEMÓRIA

*Maria Julia V. Ananias*

Mestranda em Sociologia na USP e assistente de pesquisa no Afro CEBRAP / Afro Memória

*Guilherme L. de Godoy*

Mestrando em Sociologia na USP e assistente de pesquisa no Afro CEBRAP/ Afro Memória

Ao longo de 2022, o Afro Memória passou de 12 para 14 acervos com a chegada dos conjuntos documentais de Azoilda Trindade, Helenira Resende e Adalberto Assis de Nazareth.

Ativista e educadora, Azoilda se dedicou às teorias e práticas no campo da educação antirracista, e foi uma articuladora importante da Lei Federal 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história afro-brasileira nas escolas. Entre os documentos, destacam-se as produções e o projeto que idealizou: “A Cor da Cultura”, no qual produziu materiais audiovisuais, ações culturais e educativas, visando práticas positivas, de reconhecimento e preservação das culturas afro-brasileiras. O acervo é composto por livros, periódicos, documentos textuais, CDs, DVDs, quadros, medalhas e materiais têxteis. A captação do acervo contou com o apoio da Action Aid.

O mais novo acervo do projeto foi doado pela família de Helenira Resende e Adalberto de Assis Nazareth, pai e filha. Helenira nasceu em 1944, foi estudante de Letras na USP, liderança do movimento estudantil, ex-vice-presidente da UNE, militante do PCB e integrante da Guerrilha do Araguaia a partir de 1969. Sua trajetória é reconhecida pela luta contra a ditadura militar no Brasil, que a levou a ser presa 3 vezes entre 1967 e 1968, quando passou pelo Presídio Tiradentes, DEOPS e Presídio de Mulheres do Carandiru. A jovem viveu na clandestinidade e é considerada desaparecida política desde 1972. Aos 28 anos

de idade, foi assassinada na região do Araguaia, fato conhecido pela família somente em 1978. Junto aos documentos referentes à trajetória de Helenira, então os de seu pai, Adalberto de Assis Nazareth, (1902-1965), médico negro formado pela UFBA em 1928, ligado ao Partido Comunista, à maçonaria e político em Cerqueira César (SP).

Em novembro de 2022, o projeto participou da organização da [Aula Aberta com Racionais MC's](#), realizada no Centro de Convenções da Unicamp, como evento final da disciplina “Tópicos Especiais em Antropologia IV: Racionais MC's no Pensamento Social Brasileiro”, ministrada por Jaqueline Lima Santos. A atividade é resultado do trabalho conjunto entre Afro Memória, Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI), Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Afro/CEBRAP - Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec) da Unicamp, Open Society, Porticus, Fundação Tide Setubal e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Já em 2023, iniciamos o ano com a publicação do Inventário Milton Barbosa, organizado e descrito por Cássia Denise Gonçalves e Marli Marcondes no âmbito do AEL, e que marca o processamento do primeiro conjunto documental do Afro Memória. O quadro de arranjo busca contemplar

a diversidade dos 1.705 documentos, com destaque para a trajetória de Milton Barbosa enquanto importante fundador e militante do Movimento Negro Unificado (MNU), bem como diferentes aspectos do material referente à história do movimento negro no Brasil e no exterior. A versão digital do inventário pode ser encontrada [aqui](#).

No mês de março, foi realizado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) o evento de lançamento da [2ª edição do Cadernos Afro Memória](#), cujo tema é “Memória, representação e representatividade negra na política”. A edição foi construída coletivamente por 13 colaboradoras e colaboradores, que apresentaram reflexões sobre o tema a partir de diferentes perspectivas e documentos disponibilizados pelo projeto. O evento contou com a presença de militantes do movimento negro brasileiro, titulares dos acervos salvaguardados pelo Afro Memória, pesquisadoras e pesquisadores em diferentes níveis de formação, e representantes das instituições apoiadoras e financiadoras. A [transmissão](#) está disponível no canal do CEBRAP no Youtube.

Em abril, Paulo Ramos participou do episódio [“O direito à memória da população negra”](#) do Papo Preto, podcast da Alma Preta Jornalismo, onde apresentou o Afro Memória e abordou questões como as relações entre raça, memória e movimento negro no Brasil.

Em maio foi inaugurado o novo site do Afro Memória no endereço [afromemoria.afrocebrap.org.br](#). Por meio do site, além de acompanhar as notícias do projeto, é possível conhecer mais sobre as ações de preservação e difusão da memória negra que vem sendo empreendidos, encontrar todas as edições disponíveis dos Cadernos Afro Memória, ler as publicações na mídia, assistir os eventos e lives realizados e conhecer um pouco mais sobre cada um dos 14 acervos referentes ao associativismo negro preservados no AEL/Unicamp. Além disso, foi ao ar a edição do programa [“Negros em foco”](#) da TV Cultura, apresentado por José Vicente, da qual Paulo Ramos participou para tratar do tema da memória negra e ancestralidade em contraposição ao apagamento histórico. O programa também

contou com a presença de Claudinei Roberto, curador do Museu Afro Brasil Emanuel Araujo.

No mês de junho o Professor Michael Hanchard, referência nos estudos sobre o movimento negro brasileiro e um importante parceiro internacional do Projeto Afro Memória, veio ao Brasil para um ciclo de atividades que envolveu o IFCH e o AEL na Unicamp; o Afro-Cebrap; o Departamento de Sociologia, o Instituto de Psicologia e a Pró-Reitoria de Pertencimento e Inclusão da USP. Apresentando questões fundamentais sobre o contexto contemporâneo das relações raciais no Brasil, Hanchard discutiu suas ideias mais recentes sobre democracia, racismo e fascismo na palestra intitulada “Os desafios para a promoção da memória negra e o enfrentamento ao racismo e ao fascismo”, que ocorreu entre os dias 12 e 16 de junho.

Ainda em junho, aconteceram no auditório do Cebrap as *Oficinas Afro Memória*, ministradas por Sílvia Modena, Humberto Innarelli e Castorina Camargo, integrantes do corpo de funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth. Entre os participantes, estiveram presentes alguns profissionais da área do patrimônio, pesquisadores, estudantes, ativistas de diferentes organizações do movimento negro e alguns dos titulares dos acervos. As oficinas tiveram como foco a construção da memória negra a partir dos arquivos do movimento negro e foram divididas em dois encontros que abordaram os eixos: [Memória, história e cidadania](#) e [Memória: práticas e processos](#).

Por fim, até o dia 27 de agosto foi possível visitar a exposição *Memórias do Futuro: cidadania negra, antirracismo e resistência* no Memorial da Resistência, que contou com a curadoria de Mário Medeiros, sociólogo, diretor do Arquivo Edgard Leuenroth e integrante do Afro Memória. A exposição reúne cartazes, panfletos, jornais, fotografias e outros registros do associativismo negro que retratam as experiências negras no Brasil destacando a diversidade de espaços de sociabilidade, manifestações artísticas e culturais, e estratégias de luta política. Desta maneira, a exposição deixa um legado permanente para a luta antirracista que está materializado na publicação de seu [catálogo](#).



# SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Debate com Byllye Avery  
do National Black  
Women's Health Project  
(Projeto Nacional de  
Saúde das Mulheres  
Negras)



Local: Auditório Pe. Lebret  
Av. Paulista, 2198 - térreo  
Data: 6 de abril - 1990  
sexta-feira - 19:30hs

*National Black Women's Health Project*  
Empowerment Through Wellness

*Realização:*

**Geledés - Instituto da Mulher Negra**

*Apoio:*

**Coordenadoria Especial da Mulher  
Programa de Saúde da Mulher da Prefeitura Municipal de SP  
Secretaria Municipal de Planejamento**



# A IMPORTÂNCIA DO ACERVO GELEDÉS NO AEL / UNICAMP

*Aldair Carlos Rodrigues*

Foi Diretor adjunto e Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (2017-2022) e é Professor do Departamento de História da Unicamp.

*Mário Augusto Medeiros da Silva*

Foi Diretor Adjunto (2020-2022) e Diretor do Arquivo Edgar Leuenroth (2023-2025) e Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.

A chegada do acervo Geledés Instituto da Mulher Negra ao Projeto Afro Memória foi uma construção coletiva, iniciada ainda em 2019 e que somente pôde ser concretizada em meados de 2021<sup>1</sup>, quando as condições sanitárias da pandemia de SARS COVID 19, com o avanço da vacinação, permitiram sua recepção no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp.

Não se deve esquecer que se tratava de um contexto bastante adverso politicamente para os movimentos sociais progressistas: em 2018, a eleição do governo ultraconservador de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República, bem como de deputados, senadores e governadores apoiadores de seu programa, após campanhas marcadas por discursos discriminatórios, racistas e preconceituosos sobre a população negra, colocavam sob ameaça real não apenas o direito à vida negra, mas também o direito à memória social, acumulada e preservada às próprias custas, em espaços com segurança fragilizada, visados para possíveis ataques e violências. A transmissão dessas experiências estava igualmente ameaçada. O desmonte da Fundação Palmares tornou-se o maior exemplo da ausência de políticas de preservação da memória da experiência negra no Brasil.

Neste sentido que se iniciou a nossa parceria, como um encontro importante de soma de forças e interesses relativos à salvaguarda da memória social e experiência política de mulheres negras. É possível dizer que quatro eventos concorreram para que chegássemos ao acordo de doação do acervo do Geledés ao AEL. O primeiro deles é aquele contexto de insegurança e ameaça, preocupando a todas e todos que não aderiram à agenda política fascista e racista que circunstancialmente alcançou o poder naquele momento: as integrantes de Geledés tinham preocupação com a segurança de seu acervo e buscavam parcerias para salvuardá-lo.

O segundo seria o trabalho de pesquisa de mestrado da socióloga Milene Marques Matos, realizado na Unicamp, orientado por Mário Medeiros, sobre o protagonismo de mulheres negras nos espaços de disputa de poder no âmbito da redemocratização, em São Paulo. Ela estava interessada em estudar como mulheres negras como Thereza Santos, Vera Lúcia Benedito, Vera Lúcia Siqueira Saraiva, Sueli Carneiro e muitas outras, paulatinamente ocupavam espaços em jornais, em órgãos como o Conselho da Condição Feminina, em pesquisas da Fundação Carlos Chagas etc. antes de 1988, data da fundação de Geledés, tornando o feminismo um projeto político negro. Isso a levou a entrevistar Sueli Carneiro, abrindo a possibilidade de reunir a então direção do AEL,

---

1 Cf. <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2021/07/12/unicamp-recebe-acervo-geledes-instituto-da-mulher-negra>

composta por Aldair Rodrigues e Mário Medeiros, com Sueli e Suelaine Carneiro, numa primeira conversa sobre preservação da memória.

Em terceiro lugar, de maneira concomitante, a socióloga Márcia Lima (USP) consolidava o Afro Cebrap, tendo como um de seus eixos principais a preocupação com a memória social de intelectuais e movimentos negros no âmbito do projeto que seria coordenado por Paulo César Ramos, que realizava tese sob sua orientação na USP sobre a reconstrução sociopolítica de casos de violência policial a partir de documentos do movimento negro. Lima também tinha grande proximidade com Geledés, o que avalizou a confiança para que fosse criada uma parceria com o AEL, bem como ajudou a estruturar o projeto Afro Memória como um todo.

Por último e não menos importante, o interesse de Geledés em ampliar suas atividades, no sentido de ser um Centro de Documentação e Memória Institucional, utilizando a sede física também para este fim. A dificuldade para isto residia na acomodação de seu acervo num espaço seguro, com infra-estrutura e instalações arquivísticas adequadas à preservação. Uma universidade pública como a Unicamp, com um arquivo dedicado à memória dos movimentos sociais como o AEL, que fornecesse simultaneamente garantias de salvaguarda, tratamento arquivístico profissional, acesso público e gratuito à documentação e se comprometesse com a difusão de conhecimento, poderia fornecer condições propícias para efetivar aquela nova ação. Dialogando ao longo de meses, construímos um arranjo em que a parceria possibilitaria a guarda permanente do acervo na Unicamp, o apoio do AEL à criação do Centro de Documentação de Geledés e a partilha das cópias digitais e instrumentos de pesquisa com o Geledés após a organização do material, seu processamento técnico e digitalização.

No âmbito do AEL e do projeto Afro Memória isso se mostrava igualmente desafiador. Em termos de volume, o acervo de Geledés era a maior coleção de documentos variados sobre a experiência política de intelectuais negras que nós receberíamos até então. Iniciamos um plano de

identificação preliminar dos documentos e acondicionamento inicial ainda na sede de Geledés, com o trabalho, além dos diretores do AEL, das historiadoras Taina Santos, Marilea Almeida e do cientista social Guilherme Silva, participantes do projeto “A igualdade é negra”, que submetemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)<sup>2</sup>, e de Renata Braga (Afro-Cebrap). Este trabalho precisou ser interrompido e retomado com muita delicadeza em razão dos momentos mais agudos da pandemia, a partir do início de 2020. Executado conjuntamente com Suelaine Carneiro e Suellen Girote, a triagem produzida pelo grupo permitiu ter a dimensão do acervo que seria doado à Unicamp num primeiro momento e o que permaneceria com o Geledés.

Formado por um conjunto de documentos acumulados durante mais de três décadas, a partir de 1988, o acervo registra vários aspectos das trajetórias e lutas de mulheres negras, com destaque para os temas saúde da mulher negra e direitos reprodutivos; machismo e violência doméstica; direitos humanos; as articulações com outros movimentos de mulheres no Brasil e na diáspora; educação; juventude negra; lutas por cidadania e direitos da população negra em geral. Além disso, nos documentos doados ao AEL, há a memória de importantes campanhas de informação e conscientização dos movimentos sociais e do Estado sobre o HIV/AIDS e anemia falciforme ao longo dos anos 1990, bem como, na mesma década, das edições da revista “Podocrê”, uma publicação que registrou o começo do movimento do rap e hip hop paulistano e no Brasil. A coleção abrange produções textuais, boletins, correspondência, documentação de eventos, faixas, banners e mais de quatro centenas de cartazes. Por meio dos registros é possível compreender, por exemplo, as articulações para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas ocorrida

---

2 Processo Fapesp Auxílio Regular à Pesquisa n. 2020/13415-8 Cf: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/109061/a-igualdade-e-negra-memorias-e-preservacao-de-historias-do-ativismo-politico-negro-em-sao-paulo-1978/>

em Durban, África do Sul, em setembro de 2001, que teve grande impacto na formulação de políticas públicas de combate ao racismo no Brasil. Além da construção contemporânea de diferentes movimentos de mulheres negras protagonistas da luta antirracista no Brasil e no exterior. O acervo Geledés também é guardião da memória de lutas de outras organizações de mulheres negras e do movimento negro da diáspora que, por diferentes razões, não existem mais e não se encontram em atividade nos dias contemporâneos.

No AEL, desde julho de 2021, o acervo vem sendo organizado pelas técnicas Denise Gonçalves e Marli Marcondes, que contam com a importante colaboração de uma equipe de estagiários de diversos cursos na universidade, sobretudo no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. O processo encontra-se em sua reta final e um instrumento de pesquisa com a descrição dos documentos deve ser disponibilizado ao público em breve, tanto no AEL como no Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés.

O acervo representa uma contribuição incommensurável para a implementação das dimensão epistemológica das ações afirmativas na Unicamp, cujo princípio de cotas étnico-raciais no Conselho Universitário de maio de 2017, juntamente com o vestibular indígena, e adotado no vestibular de 2019. Antes, o IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), em 2015, foi o primeiro a praticar a inclusão de cotas raciais no processo seletivo dos seus oito programas de pós-graduação. Nesse contexto, o legado documental do Geledés, uma organização que historicamente denunciou a desigualdade racial e exigiu políticas públicas para o seu enfrentamento, agora passa a fomentar o aprofundamento da dimensão epistemológica das ações afirmativas. O conjunto fomenta transformações importantes no repertório de referências que informam a produção de conhecimento. Em termos de agendas, isso abrange tanto a expansão do horizonte de temáticas de pesquisa como mudanças metodológicas que se tornam tangíveis a partir de acervos que registram o protagonismo feminino negro em primeira pessoa.

Isso contrasta com a tendência histórica de a

documentação sobre as experiências negras ser produzida e acumulada principalmente a partir da perspectiva da hegemonia branca. A inversão dessa lógica desdobra-se no estímulo a novas epistemologias capazes de deslocar as mulheres negras das margens para o centro no processo de produção de conhecimento. Abre-se, assim, a possibilidade de novas questões, agendas de pesquisas e reversões de apagamentos históricos de experiências políticas e intelectuais negras com este e outros acervos preservados no AEL por meio do projeto Afro Memória.

Um dos resultados da chegada deste acervo ao projeto Afro Memória e seu tratamento no AEL já pôde ser observado por milhares de pessoas, de maneira presencial ou online. Parte dos cartazes digitalizados de Geledés está exposta desde junho de 2022 até agosto de 2023 na exposição “Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência”, no Memorial da Resistência de São Paulo, sob a curadoria de Mário Medeiros. O catálogo da exposição foi impresso e disponibilizado online com o apoio da Fundação Friedrich Ebert e pode ser acessado gratuitamente<sup>3</sup>. Uma frase do Boletim de Geledés – Gelefax – de 1997 (que compõe a coleção de documentos no AEL), inspirou a artista Soberana Ziza a criar um mural especialmente para a exposição Memórias do Futuro, intitulado “O fio da memória”<sup>4</sup>. A frase é: “Afinal, o século XXI é negro, feminino e nosso. Basta apenas tomá-lo em nossas mãos”.

Esperamos que a partilha dessa construção coletiva que sustenta o projeto Afro Memória possa inspirar novas iniciativas e parcerias que fortaleçam políticas de preservação da memória negra para fazer frente às silenciosas e eficazes políticas de esquecimento do protagonismo negro que sempre prevaleceram na história do Brasil.

---

3 Ver: <http://memorialdaresistencia.org.br/exposicoes/memorias-do-futuro/> Para baixar o catálogo online: <http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Catalogo-Exposicao-Memorias-do-Futuro-Memorial-da-Resistencia-de-Sao-Paulo.pdf>

4 Ver a entrevista de Soberana Ziza sobre o mural “O fio da memória” e a exposição: <https://www.youtube.com/watch?v=uASlrUdCB88>



# II Encuentro de Mujeres Afrocaribeñas y Afrolatinoamericanas

**" Construyendo a viva voz nuestra historia "**

Del 2 al 6 de diciembre de 1996

Sede y co-patrocinador:

IICA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA



CONVOCA:

RED DE MUJERES  
AFROCARIBEÑAS Y  
AFROLATINOAMERICANAS

ORGANIZACIÓN ANFITRIONA:

CENTRO DE MUJERES  
AFROCOSTARRICENSES

Tels: (506) 253-9294  
225-8175  
Fax: (506) 225-8175  
297-0975

e-mail: [mujerdp@sol.racsa.co.cr](mailto:mujerdp@sol.racsa.co.cr)  
Apdo. Postal: 685-2100  
Costa Rica, Centro América

PATROCINADORES:

EMBAJADA REAL DE LOS PAISES BAJOS

CHRISTIAN AID

LACSA

MINISTERIO DE JUSTICIA Y GRACIA, COSTA RICA

MINISTERIO DE CULTURA, JUVENTUD Y DEPORTE, COSTA RICA

CENTRO PARA EL DESARROLLO DE LA MUJER Y LA FAMILIA, COSTA RICA

ENCUENTRO DE UN DETALLE DEL MURAL "CELEBRACION" DEL ARTISTA AFROCARIBEÑO CARLOS STANLEY

IMPRENTA NACIONAL

# MULHERES NEGRAS, GELEDÉS E MEMÓRIA: CONSOLIDANDO TRADIÇÕES

*Suelen Girotte do Prado*

Mestra em História Social, Coordenadora do  
Centro de Documentação e Memória Institucional  
de Geledés - Instituto da Mulher Negra e  
Membro da Rede de Historiadorxs Negrxs.

A preservação da história negra e dos movimentos de mulheres negras, através do esforço que tem sido empreendido em torno organização e manutenção de acervos que tratam das nossas memórias, é fundamental para o saber e o aprender coletivo. Conhecer as trajetórias de lutas e enfrentamentos ao racismo e sexismo ao longo da história é fundamental para o presente e futuro de nossa sociedade.

Essas memórias às quais me refiro dizem respeito à caminhada política das organizações dos movimentos negros, que no passado e no presente são responsáveis pelas reparações legais no que diz respeito aos desdobramentos do racismo em nossa sociedade. A memória como ferramenta de poder é responsável pelas reparações que ainda buscamos enquanto população negra, e que nos são de direito Constitucional, humano e social. A reconstrução de nossas histórias, através da produção de conhecimento em suas várias possibilidades, atinge todas as esferas sociais, desde a educação formal (é válido lembrar que é obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira desde a aprovação da Lei 10639/2003) até a consciência cotidiana da ideia de construir uma sociedade antirracista.

De acordo com a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto “as narrativas históricas com as quais temos contato ao longo da vida orientam a maneira como definimos quem somos nós e quem chamamos de outros”<sup>1</sup>, e, nesse sentido o direito a acessar, desenvolver narrativas e trabalhos com epistemologias que expressem o protagonismo de pessoas negras e movimentos negros ao longo da história é parte do nosso acerto de contas com as formas de conhecer e educar, que impactam diretamente nas estruturas políticas do país. Não somos “os outros” quando as narrativas históricas são desenvolvidas de maneiras honestas. Somos herdeiras e herdeiros de histórias, memórias e tradições que orientam a nossa existência individual e coletiva. Histórias essas cujas consequências são perceptíveis na Constituição de 1988, na legislação que criminalizou racismo no país, nas políticas públicas, ações afirmativas, e que, ainda assim, são medidas que não garantem a eliminação da desigualdade

---

1 Ver: CARNEIRO, Natalia (org); SANTANA, Bianca (org); GAIA, Gabriela (org). Insumo para a ancoragem de memórias negras. 1. Ed- São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2022. P. 18.

racial no Brasil. Por esse motivo, entender a preservação da memória como uma tecnologia de continuidade de luta é uma estratégia coletiva fundamental para continuarmos, como sociedade, a trajetória de enfrentamento ao racismo.

A historiadora francesa Michelle Perrot localizou em sua obra a temática que enunciava “os excluídos da história”, fazendo referência a ausência de mulheres e operários nas perspectivas de uma história hegemônica ocidental<sup>2</sup>. Quando pensamos no desenvolvimento epistemológico da História do Brasil, negros e indígenas, por exemplo, estariam sinalizados como os “excluídos”. A preservação da memória é uma das formas de combater o epistemicídio<sup>3</sup>, assim como a falsa ideia de que não somos atores históricos fundamentais. Sabemos que por séculos, o próprio racismo foi o mecanismo que impossibilitou a emergência, a formalização e desenvolvimento das nossas histórias.

É parte imprescindível da História do Brasil o protagonismo político e intelectual de mulheres negras. Temos acesso ao conhecimento dos processos por elas empreendidos e protagonizados é uma ferramenta essencial de responsabilidade com as construções coletivas em torno das lutas antirracistas no país. Intelectuais como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, e muitas outras, foram precursoras de um conjunto de elementos envolvendo produção de conhecimento em torno das reflexões e denúncias sobre o racismo atuante na sociedade, assim como o desenvolvimento de pensamentos que passaram a intensificar as fricções entre o status quo da branquitude e o movimento negro e de mulheres negras.

As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcadas pela emergência de organizações e coletivos de mulheres negras: Coletivo Aquatune, fundado em 1979 no Rio de Janeiro; Coletivo Nzinga, fundado em 1982, também no estado do Rio de

Janeiro; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, fundado em 1986; Coletivo Mãe Andresa fundado no Maranhão, em 1986; Coletivo Mulheres Negras do Espírito Santo, fundado em Vitória, em 1987; Coletivo Maria Mulher Porto Alegre (RS), fundado em 1987; Coletivo Mulheres Negras, de Belo Horizonte (MG), fundado também em 1987; Geledés, Instituto da Mulher Negra (SP), fundado em 1988, ONG Mulheres Negras na Bahia e ONG Criola (RJ), fundadas em 1992.

No final dos anos 1980, os encontros estaduais de mulheres negras eram territórios de diálogo, reflexões e debates em torno dos impactos sociais do racismo e sexismo. Nessa conjuntura histórica situa-se Geledés, Instituto da Mulher Negra cuja fundação foi registrada no dia 30 de abril de 1988. Como uma organização da sociedade civil, a instituição presidida por mulheres negras carrega em seu nome a recuperação da tradição iorubá do culto Geledè que “*reverencia as mães ancestrais para assegurar o equilíbrio do mundo*”<sup>4</sup>.

Geledés marca o protagonismo e autonomia de mulheres negras políticas que empreenderam e empreendem ações de acompanhamento e enfrentamento às formas de opressão às quais estavam e estão submetidas a população negra, em específico. Geledés, “*é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira*”<sup>5</sup>.

Os Programas de base da organização, a partir de sua fundação, estavam estruturados em um tripé: Programa de Direitos Humanos, Programa de Comunicação e Programa de Saúde. O Programa de Direitos Humanos direcionava suas atividades para o trabalho com objetivo de assistir e expandir os direitos básicos de cidadania da população negra. Inserido no programa, a partir

2 VER: PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

3 VER: CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

4 Trecho extraído do documento do Instituto Geledés que é parte do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth.

5 Conforme escrito em documento Institucional. Referência: GELEDÉS, Cadernos Geledés 5, 1993, p. 7.



# 1 ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS



TERESA DE QUARITERÊ  
MÃE ANDRESA  
LUIZA MAHIM  
DANDARA  
ZEFERINA  
ESCRAVAS ABOLICIONISTAS  
MÃE MENININHA DE GANTOIS  
CLEMENTINA DE JESUS  
WINNIE MANDELA  
CORA LUTHER KING  
DULCE PETREIRA  
LÉLIA GONZALEZ  
LECI BRANDÃO  
BENEDITA DA SILVA  
SUELY CARNEIRO.....  
E TODAS AS MULHERES  
NEGRAS DE LUTA.

TEMA:  
"MULHER NEGRA

FAZENDO SUA HISTÓRIA  
E ROMPENDO COM  
O ANONIMATO".

21 a 23 de outubro / 88  
SÍTIO PIRAPORA. Sto Antonio.  
SÃO LUÍS - MARANHÃO

PROMOÇÃO:

Grupo de Mulheres  
MÃE ANDRESA-CCN/MA

APOIO :

SEDEC, CÂRITAS,  
LBA, FUNABEM,

SECRETARIA DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO

## Parcerias

ABONG Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares Conselho Estadual da Condição Feminina Coordenação da CONEN - Coordenação Nacional de Escolas Negras Fórum de Mulheres Negras de São Paulo Fórum de ONGs de ASES, Rede Saúde das Mulheres Latino Americanas e do Caribe Fundação Esbaldade Instituto Superior de Formação de Mulheres Movimento Nacional de Direitos Humanos Rede Abolitionista de Abolicionistas Negras Rede Latinoamericana e Caribeña de Saúde e Direitos Reprodutivos Rede Africana e Afrocaribenha de Mulheres Negras Rede Continental de Escolas Negras Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

## Prêmios Recebidos

- Prêmio Direitos Humanos, concedido pelo Ministério da Justiça, no Dia Mundial de Direitos Humanos, na categoria Organizações Não Governamentais, recebido em 10 de dezembro de 1996.
- Diploma de Reconhecimento Concedido pelo Governador do Estado de São Paulo pelo trabalho social desenvolvido por Geledés junto à juventude da Escola de São Paulo, concedido pelo governador Mário Covas em dezembro de 1997.
- Lida, gênero feminino, atribuído pela Faculdade de Letras de Filosofia Universidade Católica PUCSP, 1998, Instituto São Camélio.
- Prêmio de Direitos Humanos do governo de França recebido do primeiro ministro Lionel Jospin, em Paris em 28 de dezembro de 1998, nas comemorações do governo

Inovou pelo Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

- XII Prêmio Fones de Castro Mello-Porto de Direitos Humanos de 1999 (Mencão Especial) concedido pelo Centro de Adesões do Brasil - ONB - seção SP (Instituto São Camélio).
- TOP SOCIAL 99 do ANEX (Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil) ao Projeto Geração XXI, Instituto de Investimentos em parceria com a Fundação Cultural Palmares, desenvolvido por Geledés Instituto da Mulher Negra.
- Selo 100% SP - prêmio concedido pelo Dnat - Rede de Políticas (Direitos Humanos & Cultura, no site do Geledés Instituto da Mulher Negra por sua performance de qualidade, conteúdo e apresentação visual sobre o tema Direitos Humanos em língua portuguesa).
- ENRS & SITES - Prêmio de melhor página do mês sobre cidadania (março 1999)
- CEADHNER SIM Prêmio de melhor página do mês (maio, 1999) sobre cidadania.

O projeto GERAÇÃO XXI foi um dos finalistas do Prêmio ECO - Reconhecimento e Cidadania Especialmente promovido pela Câmara Americana de Comércio (AMCCAM Brasil), em 1999, por sua linguagem reflexiva comunitária.

Geledés Instituto da Mulher Negra  
Praça Carlos Gomes, 67 5º andar - CJ H  
Liberdade - São Paulo - SP - Brasil  
CEP - 01501-080  
Fone e Fax 55 (011)3101 04 97  
2101 04 90  
2115 45 82  
3105 74 80

**GLEDÉS**

Instituto da Mulher Negra

Cidadania e organização são formas de atividade sempre femininas de caráter religioso, existindo nas sociedades tradicionais controladas - que expressam o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade. O culto Geledés visa apaziguar e reverenciar as mães ancestrais para assegurar o equilíbrio do mundo. As principais representações do culto Geledés são as mulheres rituais, que simbolizam o espírito das ancestrais femininas e os diferentes aspectos de sua poder sobre a terra. As cores femininas utilizadas nas danças rituais brasileiras representam aspectos socializados deste poder, contendo o estado de espírito negro-africano segundo o qual homens e mulheres se organizam e constroem determinadas formas de natureza. Porém, a continuidade do culto sobre a terra, símbolo eminentemente feminino neste tradição, é reconhecida de modo especial. Importa neste tradição, no que se refere à questão da luta das necessidades contemporâneas das mulheres negras, realizadas em 30 de abril de 1988 Geledés Instituto da Mulher Negra, uma organização pública das mulheres negras que tem por missão institucional combater o racismo e o sexismo, vislumbra e promover as mulheres negras em particular e a comunidade negra em geral. Além, com diversas experiências exemplares, Geledés e referência para outras ONGs do Brasil e do Américas Látinas. Desenvolveram uma estratégia de dar visibilidade ao problema racial no Brasil participando de todos os conferências mundiais convocadas pela ONU na cidade de 90, podendo por meio desta participação, sensibilizar governo e sociedade civil para o assunto do processo crescente de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. Nos 22 anos de Geledés impulsionamos o debate político sobre a necessidade de ações de política pública inclusivas para o restabelecimento do princípio de igualdade de oportunidades para todos. Conscientes e debate sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira. A atuação de Geledés é baseada exclusivamente por mulheres negras, porém em suas diversas esferas de trabalho, a organização conta com a colaboração de homens e mulheres, negras e brancas, solidárias com sua proposta de ação política.

## Áreas de Atuação

### Direitos Humanos

Desenvolvemos atividades com o objetivo de proteger, assegurar e expandir os direitos básicos de cidadania da população negra, por meio das seguintes atividades e projetos:

**SOS Racismo:** oferece assistência legal gratuita para vítimas de discriminação racial. A ação do serviço ao longo dos últimos anos tem possibilitado a criação de jurisprudência em alguns aspectos da discriminação racial.

**Centro de Estudos Jurídicos:** desenvolve estudos sobre a desigualdade racial no acesso à Justiça no Brasil e sobre a legislação anti-racista disponível em outros ordenamentos jurídicos para a criminalização da prática do racismo, e o aperfeiçoamento da legislação nacional.

Assistência jurídica e psico-social a mulheres em situação de violência oferece orientação, acompanhamento legal e suporte psicológico a mulheres em situação de violência doméstica e sexual. As mulheres são encaminhadas ao serviço pelo movimento de mulheres, movimento negro, delegacia da mulher e pronto-socorro, entre outros.

**Projeto Rappers:** é composto por diversos membros do movimento Hip Hop da cidade de São Paulo. Objetivo conscientizar a juventude negra sobre as diferentes formas de exclusão social e contribuir para a organização política e proposição de um setor da juventude que se articula em torno do movimento Hip Hop.

**Psicoterapia Legais Populares:** tem por objetivo a capacitação legal de lideranças comunitárias femininas em direitos humanos e das mulheres, no sentido de multiplicar informações nessas temas, instrumentalizar e fortalecer o acesso da cidadania e acesso à justiça.

**Projeto Brito:** Igualdade de Oportunidades oferece cursos profissionais e de cidadania para jovens e adolescentes negros, na faixa etária de 14 a 21 anos (distribuídas equitativamente entre homens e mulheres), por meio de convênios com instituições de reconhecida excelência (públicas e privadas) na capacitação profissional.

Núcleo de Educação e Formação Pública: promove cursos de capacitação de educadoras do ensino formal e não-formal visando capacitá-las nas

temáticas de gênero, relações raciais, direitos humanos, cidadania e educação. Procura-se também produzir recursos didático-pedagógicos que qualifiquem as educadoras no trato das questões trabalhadas nos cursos.

**Projeto Geração XXI:** é uma ação afirmativa com duração de nove anos, que assegurará a vida escolar de um grupo de 21 adolescentes negros (12 meninas e 9 meninos) da cidade de São Paulo, do último ano do ensino fundamental até o conclusão da universidade, produzindo condições de aprendizado e desenvolvimento de talentos, acesso a novas linguagens, línguas estrangeiras e à tecnologia, por meio dos programas de superintendência escolar, bibliotecas e cultura, comunicação e benefícios diretos (assistência médica e odontológica, custos dos estudos, ajuda de custos mensal para o adiantamento e sua família). Geledés gerencia este projeto em parceria com a Fundação BarãoBastos e a Fundação Cultural Palmares.

**Saúde**  
Desenvolvemos programas de formação de mulheres e jovens negras por meio de oficinas de saúde de caráter informativo e de capacitação de profissionais. Atuamos também na intervenção e na formulação de políticas públicas, afirmando que cabe

ao Estado assegurar condições para a manutenção da vida. Investimos na área de pesquisas realizadas pela instituição, bem como em parceria com outras organizações não governamentais e com a comunidade acadêmica. Desenvolvemos intensa articulação pública com outras ONGs e com o movimento social, procurando intervir na elaboração e implementação de políticas públicas na área de saúde, para que as necessidades e interesses das mulheres negras sejam contemplados.

**Comunicação**  
Operamos parte da compreensão de que a Comunicação é vital para qualquer movimento social; não apenas como instrumento de visibilidade mas como meio de empoderamento. Desenvolvemos atividades de monitoramento da mídia nas questões de gênero e raça. Cursos de capacitação para mulheres negras em novas tecnologias de comunicação (mídia e advocacy). Coordenação de Núcleo de Mulheres Negras e Comunicação e da RECON Rede Eletrônica de Comunicação de Mulheres Negras.

dos anos 1990, esteve o Projeto SOS Racismo (Serviço de Assessoria Jurídica em casos de Discriminação racial, inaugurado em 1991), que oferecia assistência legal e gratuita a vítimas de discriminação racial. Como parte do mesmo programa, o Centro de Estudos Jurídicos de Geledés, desenvolvia estudos relativos à desigualdade racial e à legislação no Brasil.

Ainda associado ao Programa de Direitos Humanos, o Projeto Rappers, desenvolvido entre 1992 e 1998, atuou com a responsabilidade de troca, acolhimento e conscientização da juventude negra a respeito das pautas relacionadas ao racismo e a violência. Composto por diversos membros do movimento Hip Hop, o projeto articulou e mobilizou o engajamento político de jovens negras e negros.

Geledés desenvolveu programas e projetos que articularam novas perspectivas para mulheres negras e para a população negra de uma forma geral. A organização e seu conjunto de ações são parte de uma tradição de ações coletivas que acompanham as demandas da população negra, de modo a garantir que elas cheguem aos debates políticos de nossa república.

Acessar essas memórias, proporcionadas por toda documentação produzida pelas organizações, instituições e movimentos sociais comprometidos com o combate às inúmeras consequências de nossa estrutura racista, é acertar nossas contas com a história, aprender, e continuar a construir, coletivamente pensamentos e ações antirracistas. Como parte desse compromisso com a memória negra, em 29 de abril de 2022, Geledés inaugurou o Centro de Documentação e Memória Institucional, que passou a abrigar uma biblioteca, assim como desenvolveu um trabalho com parte de um acervo institucional. Democratizar e sistematizar o conhecimento acumulado e produzido pelo povo negro, é fazer jus e valorizar a caminhando secular de resistência ancestral.

Não há como falar em combate ao racismo, educação, e responsabilidade antirracista sem conhecer a história negra, a produção intelectual negra e as múltiplas articulações persistentes e sobreviventes em um país que tem 56% de sua

população composta por pessoas negras. A preservação da memória é um método importante para garantir que a história da população negra não seja forjada, ignorada e distorcida.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Natalia (org); SANTANA, Bianca (org) ; GAIA, Gabriela (org) . Insumo para ancoragem de memórias negras. 1. Ed- São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2022

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



# HARLEM DÉSIR

SOS - RACISMO, França



## SOLENIDADE

Câmara Municipal de São Paulo  
Viaduto Jacaré, 100

07  
fevereiro  
19h00

## DEBATE

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)  
Praça da Sé, 385 — 1º andar

08  
fevereiro  
19h00

Organizadores:

**GELEDÉS**

Instituto da  
Mulher Negra

**OAB**

Ordem dos Advogados  
do Brasil — Seção São Paulo

Colaboradores:

CACE — Centro de Assessoramento e Coordenação  
Empresarial

Conselho de Participação e Desenvolvimento da  
Comunidade Negra  
do Estado de São Paulo

Horta — Maior Propaganda e Arte Ltda.

Apoio:

# GELEDÉS E A CATEGORIA 'EXPERIÊNCIA' NO SOS RACISMO

*Milene Marques de Matos*

Mestre em Sociologia- IFCH Unicamp, Técnica de Organização Institucional - Associação Estadual de Defesa Ambiental (AEDAS) e Projeto Paraopeba- MG.

Saber do passado é, sem dúvida, um dos requisitos para construir o presente e consequentemente, um importante passo para vislumbrar o futuro. Nesse sentido, conhecer a história das organizações e ativismo negro existentes no país é essencial para fortalecer a trajetória de luta e resistência desses sujeitos sociais. Uma luta que vem sendo travada desde que as primeiras pessoas negras, sequestradas da África, chegaram nessas terras.

O Geledés - Instituto da Mulher Negra é um dos emblemas de resistência dos Movimentos Negro e Feminista no Brasil. Preservar o acervo desta instituição é garantir longevidade à memória da luta realizada pelas mulheres negras brasileiras, em busca de reconhecimento, cidadania e bem viver.

Fundado em abril de 1988, o Geledés foi uma das primeiras instituições do país dedicada a elaborar ações para a superação dos problemas enfrentados pelas mulheres negras e da população negra em geral. Sueli Carneiro, importante ativista e intelectual brasileira, esteve à frente da idealização e construção do instituto. Ela e outras mulheres negras, já vinham transitando por alguns movimentos sociais e sentiram a

necessidade de ampliar a discussão e encaminhar suas demandas de forma autônoma.

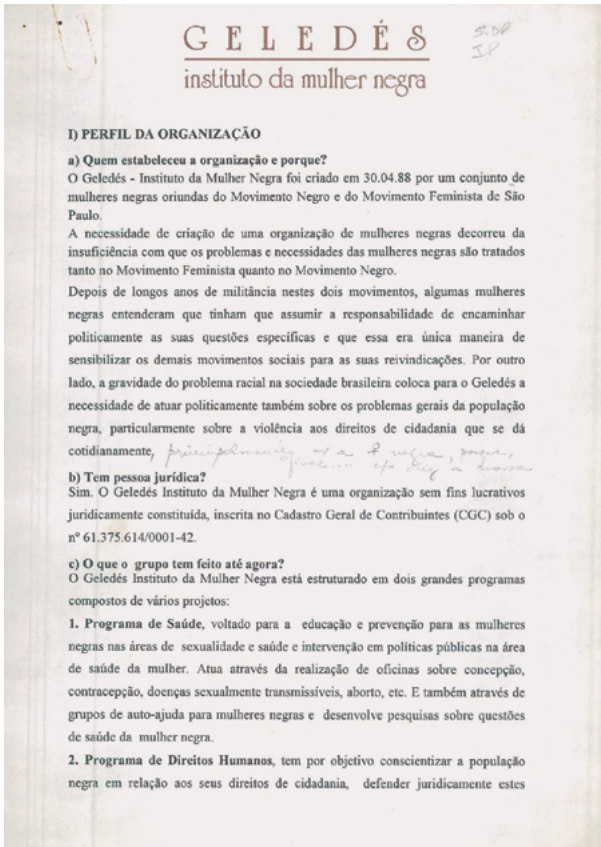
A partir de uma pesquisa prévia no acervo do Geledés, custodiado no AEL/Unicamp, foi possível identificar um relatório construído, possivelmente, em 1995<sup>1</sup>, onde é descrito o perfil da organização e história do projeto SOS Racismo, executado pela instituição naquele contexto. Pelo conteúdo apresentado, é plausível intuir que se tratava de um documento construído para pleitear recursos para manutenção do programa, uma vez que eram apresentados estrutura, funcionamento, forma de avaliação e orçamento.

Este documento nos permite refletir sobre a trajetória de luta das mulheres negras até aquele momento, sobretudo verificar as estratégias de atuação dessas sujeitas frente aos problemas e desafios colocados por uma sociedade com

---

1 Fizemos essa consideração uma vez que na página 5 do documento analisado, é mencionado a participação da instituição na Conferência de Beijing, na sequência, quando é descrito o evento, podemos encontrar a seguinte frase: “que ocorre este ano”. Como essa Conferência foi realizada em 1995, podemos inferir que o documento analisado possivelmente foi elaborado em 1995. Cf.: Relatório Geledés, p.5. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth.





herança escravagista e forjada numa ideia de democracia racial.

Na primeira parte do documento, é descrito que as fundadoras do Geledés eram remanescentes do Movimento Negro e do Movimento Feminista de São Paulo. Após anos de atuação nesses espaços, elas identificaram a insuficiência de ambos para tratar de suas problemáticas. Assim, organizaram-se para encaminhar politicamente suas questões específicas, ao passo que também desejavam sensibilizar a sociedade e os demais movimentos sociais para as questões das mulheres negras e da população negra em geral. Portanto, compreendemos que não se trata de uma ruptura, mas uma ampliação de perspectiva para tratar questões sobre machismo e racismo na sociedade brasileira.

Em nossa pesquisa de mestrado<sup>2</sup>, tratamos do

2 A dissertação com o título *O Feminismo é negro: Sueli Carneiro*, ativismo intelectual e política para mulheres no Brasil, pode ser encontrada no Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp <http://www.repositorio.unicamp.br/>.

contexto pré-Geledés, quando essas mulheres ainda militavam no interior de outras organizações na virada dos anos 1970 para os anos 1980. A partir da trajetória de Sueli Carneiro, identificamos como essas sujeitas atuaram para enegrecer o Movimento Feminista de São Paulo, bem como para incidir as suas demandas nos diagnósticos sobre a situação das mulheres brasileiras, que posteriormente se desdobraram nas primeiras políticas públicas para essa população no Brasil.

Segundo Patrícia Hill Collins, mulheres afro-americanas adquiriram nas violências do dia a dia condições para elaborar uma teoria social crítica das mulheres negras, um pensamento social concebido a partir da experiência para se opor à opressão<sup>3</sup>. Sendo assim, as condições econômicas, políticas e culturais que, na maioria

3 COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo, SP: Boitempo, 2019, p.42.



das vezes, moldam a subordinação das mulheres negras, também são capazes de estimular a sua capacidade de análise do mundo social, bem como o seu pensamento ativista.

Para a autora, as mulheres negras experimentam um *status* de *outsider within*<sup>4</sup> na sociedade. Essa condição marca a vida dessas sujeitas como um todo, uma vez que sua integração na sociedade, enquanto mulher e negra, envolve uma vivência e um lugar social específico. Dito de outra forma, ela aponta que a integração social destinada às mulheres negras impõe uma vivência de relações sociais que promovem uma experiência social específica. Esta condição é capaz de desvelar mais um ponto de vista sobre a organização da sociedade em que vivem, bem como permite elaborar novas estratégias de resistência<sup>5</sup>.

A categoria *experiência* é parte importante da luta das mulheres negras, pois ela serve como uma espécie de lente que permite analisar a natureza das desigualdades sociais, proporcionando mais um ponto de vista para as interpretações da sociedade. Collins vai dizer que experiência pode ser compreendida como “um material experimental”, ou seja, experiências coletivas e visões de mundo tributárias delas são o que as mulheres negras usam como ponto de partida para desnaturalizar o mundo social<sup>6</sup>.

Foi denunciando as situações de vivências cotidianas que enfrentavam que as mulheres negras

brasileiras conseguiram demonstrar que, apesar de todas as mulheres enfrentarem relações de poder colocadas pela diferença de gênero, a diferença racial também impacta a vida das mulheres. A atuação das militantes negras paulistas durante os anos 1970 e 1980 foi definitiva para desvelar o mito da democracia racial presente no feminismo, bem como para demonstrar a necessidade de alargamento desse movimento, uma vez que falar de feminismo no Brasil sem tratar as consequências do racismo era insuficiente para garantir transformações na vida das brasileiras.

Depois de enegrecer a parcela do feminismo que estava se institucionalizando no começo dos anos 1980, algumas mulheres negras passaram a formalizar organizações próprias para tratarem de suas questões de forma prioritária. Nesse sentido, a partir do documento pertencente ao acervo do Geledés, identificamos a continuidade do uso da categoria *experiência*, servindo como estratégia de luta e resistência da organização.

É possível localizar o uso dessa categoria no caso do Projeto SOS Racismo. O objetivo principal desse projeto era coletar casos de racismo com o intuito de sensibilizar o poder judiciário e garantir jurisprudência sobre o tema. Dito de outra forma, é a partir da experiência concreta que vão elaborar dados suficientes para fortalecer a necessidade e legitimar a Lei que, a partir de 1988, passava a reconhecer o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

Fazendo uma pesquisa nas varas criminais na cidade de São Paulo, no início dos anos 1990, o Geledés identificou que desde 1951 (quando foi definida a primeira legislação anti-racista) até 1988, havia apenas dois processos relacionados a crimes de racismo que foram levados a juízo. Diante da nova legislação colocada pela Constituição de 1988, que passou a reconhecer atitudes discriminatórias como crime de racismo, o Instituto da Mulher Negra se colocou para organizar um serviço jurídico com o objetivo de acolher casos de racismo, para justificar e reafirmar a necessidade de tratar esse problema no âmbito legal.

Com apoio da Fundação Ford, em 1999, foi

---

4 Collins aponta que as mulheres afro-americanas partilhavam dos segredos mais íntimos da sociedade branca na medida em que cuidavam da casa, cozinhavam, limpavam e cuidavam de suas crianças. Assim, se configurava o status de insider, ou seja, de dentro, de pertencimento àquele espaço. No entanto, essas mesmas mulheres negras sabiam que, apesar de seu envolvimento nos espaços mais íntimos daqueles sujeitos, elas jamais fariam parte daquelas famílias brancas, elas sempre seriam como outsiders, isto é, como estranhas e forasteiras. Dessa forma, as mulheres negras viviam o tempo todo num duplo registro simbólico (pertencentes e não pertencentes/outsider within) e isso possibilita um olhar sobre as situações cotidianas diferente daqueles que só viviam em um único registro, possibilitando uma outra forma de interpretação do mundo social. Cf.; COLLINS, Op. Cit., 2019. p.46-47.

5 Idem.

6 Idem, p. 409.

elaborado o Programa SOS Racismo para atender queixas de discriminação racial e também de violência doméstica, pois o Geledés era a única instituição, na época, que disponibilizava serviço jurídico. Em seus primeiros anos de atuação, o projeto chegou a acolher cerca de 200 situações de discriminação racial. A partir desses dados buscou-se legitimar a Lei, bem como conscientizar os agentes da justiça sobre a amplitude desse problema social. Além disso, à medida em que eram apresentados os casos concretos, apareciam os limites da legislação antirracista, pois mesmo quando havia vontade política surgiam limites para a punição dos criminosos.

Além de casos individuais, o programa tratava de experiências coletivas que impactavam o conjunto da comunidade negra. Atuavam frente a casos de propagandas, anúncios de empregos e representações que degradavam a imagem da população negra. Em 1994, por exemplo, houve uma denúncia feita pelo Geledés, via programa SOS Racismo, envolvendo a novela *Pátria Minha*, da emissora Rede Globo. Em um dos episódios da narrativa, era apresentada uma longa cena de racismo, com falas e expressões degradantes e além disso, depois de todas as ofensas, a vítima ainda era apresentada como subserviente. O caso ganhou grande repercussão pois foi feita uma notificação contra a emissora e o autor da novela, Gilberto Braga.

A historiadora Joan Scott também vai argumentar que a categoria *experiência*, serve para demonstrar as dinâmicas das relações de poder no tempo histórico, ou seja, permite enxergar os constrangimentos da experiência vivida no presente ao passo que também visibiliza a lógica de reprodução de desigualdades, vista na longa duração dos processos históricos<sup>7</sup>. Dessa forma, colocar as experiências da população negra em destaque tem sido uma estratégia de luta das mulheres negras, que além de ser utilizada para enegrecer o feminismo, na medida em que colocaram a necessidade de tratar as decorrências do

racismo na vida das mulheres, também foi utilizada como estratégia do Geledés para legitimar a legislação contra o racismo, ampliada a partir da Constituição de 1988.

## REFERÊNCIAS

- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, n. 16, pp.297-325,1998. p. 304.

---

7 SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, n. 16, pp.297-325,1998. p. 304.

# Geledés

Instituto da Mulher Negra

*Geledé* é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso, existente nas sociedades tradicionais yorubás, que expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade.

1988 / 2003

# 15 ANOS



# 27 de abril - Dia Nacional da Empregada Doméstica



## **EXIJA SEUS DIREITOS:**

- Salário mínimo ● Irredutibilidade do salário ● 13º salário
- Férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal.
- Licença-maternidade de 120 dias ● Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei ● Aposentadoria

**Data: 27 de abril de 1990**

**Horário: 19:00 horas**

**Local: União de Mulheres de São Paulo  
Rua Coração da Europa, 1395 - Bela Vista**

**PROMOÇÃO: ● União De Mulheres de São Paulo**  
**● GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra**  
**● Movimento Negro Unificado**

# EM DEFESA DA IMAGEM, DA AUTOESTIMA E DA DIGNIDADE DE MULHERES E MENINAS NEGRAS: MERCADO DE TRABALHO EM PAUTA NO ACERVO DE GELEDÉS

*Taina Silva Santos*

Mestra em História Social pela Unicamp e  
Coordenadora de projetos na Casa Sueli Carneiro

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pela formação do movimento negro contemporâneo, pela ampliação da participação de homens negros e, principalmente, de mulheres negras em diversas instâncias da política. É nessa conjuntura que o Geledés - Instituto da Mulher Negra foi fundado, em 1988, e se consolidou como uma das principais organizações do Brasil dirigida por e voltada para as mulheres negras<sup>1</sup>.

De forma geral, as ações do Instituto da

Mulher Negra enfocaram o combate à violência racial, a defesa da cidadania negra e, sobretudo, a proposição de soluções para os problemas e as necessidades das mulheres negras que não eram discutidos no movimento feminista e no movimento negro. A agenda política que Geledés construiu ao longo de trinta e cinco anos é extensa e ficou registrada em diversos documentos históricos que mostram a atuação da organização e de outros coletivos de mulheres negras do Brasil e do mundo. Essas fontes nos permitem explorar o protagonismo dessas ativistas em movimentos centrais para a história contemporânea, como a erradicação das desigualdades raciais no mercado de trabalho e as lutas pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, questão que eu abordo neste artigo.

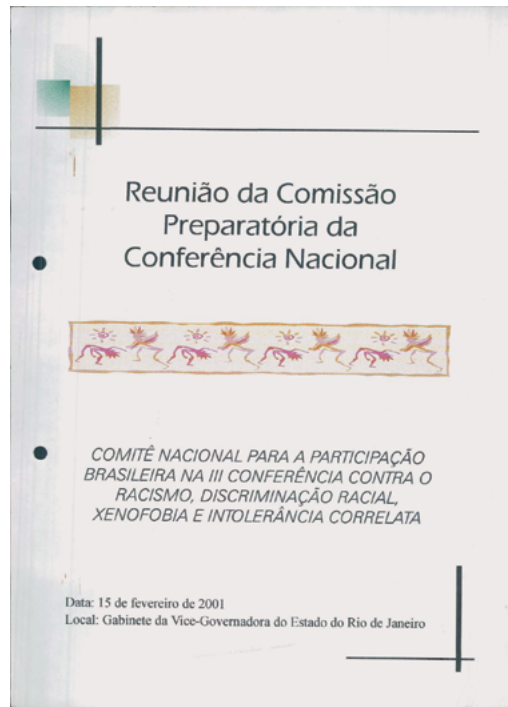
---

1 Sobre a formação do movimento negro contemporâneo, ver: PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: relações raciais e constituição do movimento negro contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2013; FAPERJ, 2013. Sobre a história de Geledés, ver: PRADO, Suelen Girote do. Caminhos que levam a Geledés: narrativas de autonomia através da organização de mulheres negras em São Paulo. São Paulo: Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés: 2021.





Folder do Projeto XXI, sem data.



Propostas para a Realização da Conferência Nacional Preparatória da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001.

Os impactos do racismo e do sexismo no mercado de trabalho e a elaboração de estratégias para erradicação desse problema aparecem de maneira transversal no conjunto documental de Geledés, sejam eles projetos, manuscritos, textos de opinião, relatórios, entre outros. O [Projeto Geração 21](#), por exemplo, entre outras premissas, tratou-se de um posicionamento da organização em relação ao racismo no mundo do trabalho. A iniciativa consistiu em preparar vinte e um jovens - meninas negras (em maioria) e meninos negros - prestes a encarar o mercado de trabalho do século XXI. Para isso, a organização ofereceu acompanhamento e suplementação escolar; complementação educacional nas áreas de tecnologia, línguas, artes, cultura, desenvolvimento sustentado (*sic*), ética e direitos humanos; apoio e orientação ao grupo familiar; e sustentação financeira para participação e realização dos aprendizados. Esse projeto foi uma experiência precursora de implementação das

ações afirmativas na cidade de São Paulo<sup>2</sup>.

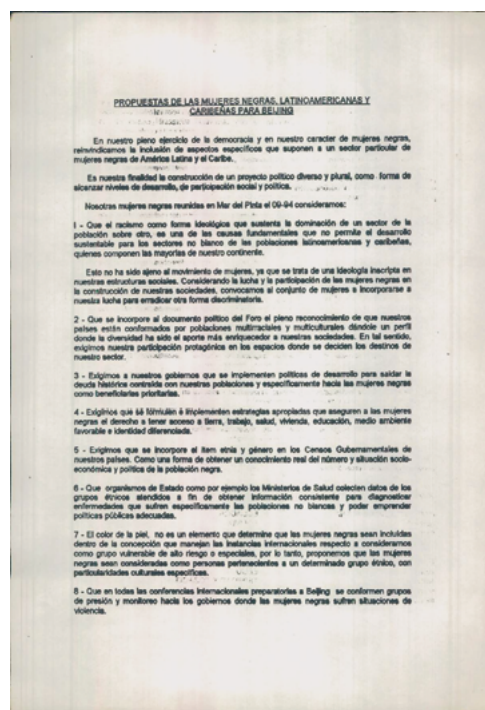
As denúncias e as pesquisas sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho também aparecem com frequência nos documentos produzidos por Geledés e podem ser um recurso importante para realização de estudos que mapeiem o papel das organizações de mulheres negras brasileiras na elaboração das [Normas Internacionais de Trabalho](#). Nas recomendações do documento preparatório para a *III Conferência Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, por exemplo, é indicado o [“Programa Brasil, Gênero e Raça”](#) “para a solução dos casos de discriminação no ambiente de trabalho”. O documento dá pistas sobre a incidência política do movimento de mulheres negras nos

2 PROJETO geração XXI - sem data Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth. Para ter acesso à bibliografia que enfocou o esse projeto, ver: SILVA, Cidinha da (org.). Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras. São Paulo: Selo Negro, 2003;





Estudo regional sobre o andamento do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os desafios para promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a população afrodescendente nos países do Cone Sul, sem data.



Propostas das mulheres negras latinoamericanas e caribenhas para a conferência de Beijing, 1995.

governos, desde os anos 1990. Esse programa teve início em 1997 e nos relatórios sobre a reunião da comissão preparatória nacional, a iniciativa aparece como uma ação preventiva às discriminações no mercado de trabalho que deveria ser incluída entre os temas do relatório elaborado pelo comitê nacional para a preparação e a participação no encontro de Durban<sup>3</sup>, realizado em 2001.

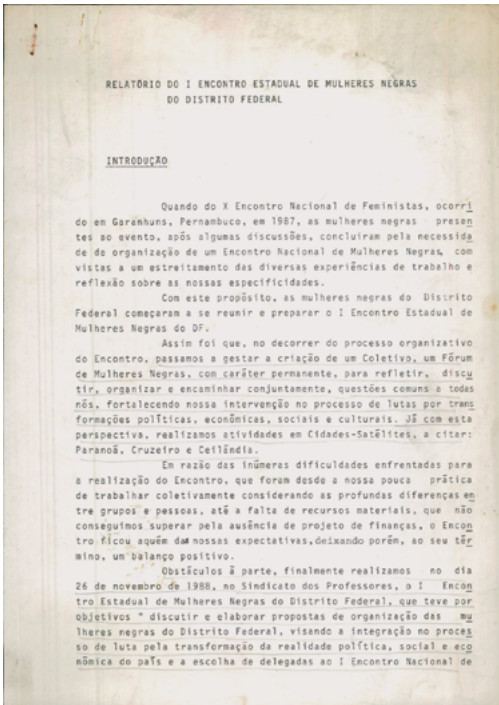
O tema também aparece nas *Propuestas de las mujeres latinoamericanas y caribeñas para Beijing* (1995), outro encontro que marcou um ciclo de conferências internacionais entre os anos 1990 e 2000, contou com a participação de Geledés e de outras organizações de mulheres negras. A pesquisa *Estudo Regional Sobre o Grau de Progresso Dos Objetivos de Desenvolvimento Do Milênio*,

desenvolvida por Geledés, Colectivamujeres (Uruguai), Colectiva Mujeres Afrodescendientes Luanda (Chile) e Criola igualmente destacou a questão do trabalho como uma frente que necessitava de atuação concreta para transformar a situação dos afrodescendentes em geral e das mulheres negras em particular<sup>4</sup>.

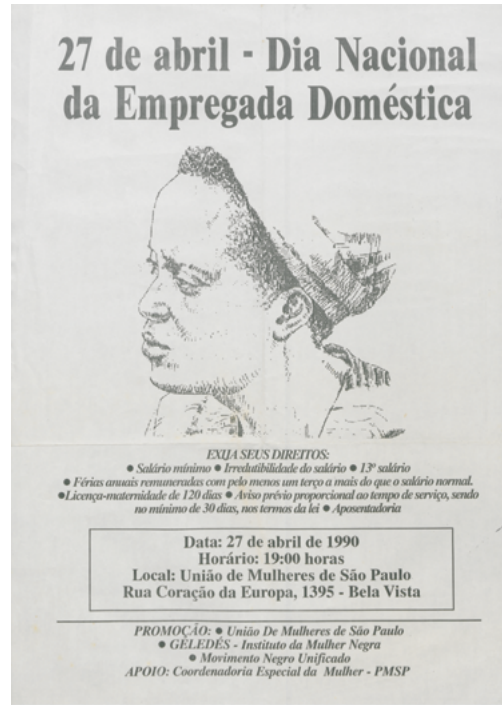
A documentação do [SOS Racismo](#), um serviço de assistência jurídica voltado para as vítimas de discriminação racial que foi criado por Geledés em 1989, também é um recurso importante para entendermos a atuação do movimento de mulheres negras nas lutas contra discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho. Além de ter

3 PROPOSTAS para a Realização da Conferência Nacional Preparatória da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth.

4 COLECTIVAMUJERES, COLECTIVA MUJERES AFRODESCENDIENTES LUANDA; CRIOLA; GELEDÉS. Estudo Regional sobre o grau de progresso dos objetivos do milênio, sem data. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth; PROPOSTAS de las mujeres negras latinoamericanas y caribeñas para Beijing, 1995. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth.



Relatório do I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Distrito Federal, 1989.



Cartaz de atividade realizada por Geledés, MNU com o apoio da Coordenadoria Especial da Mulher PMSF em 1990 em decorrência do Dia da Empregada Doméstica, 27 de Abril.

realizado atendimento individual às vítimas de racismo, o projeto também desenvolveu ações coletivas em situações nas quais o agravo dissesse respeito à toda a comunidade negra e envolvesse casos onde os afrodescendentes fossem atingidos “em sua imagem, em sua auto-estima ou em sua dignidade”. Entre esses processos, destacam-se os litígios contra as publicações de anúncios de jornais em classificados de emprego com exigência ou preferência para pessoas brancas<sup>5</sup>.

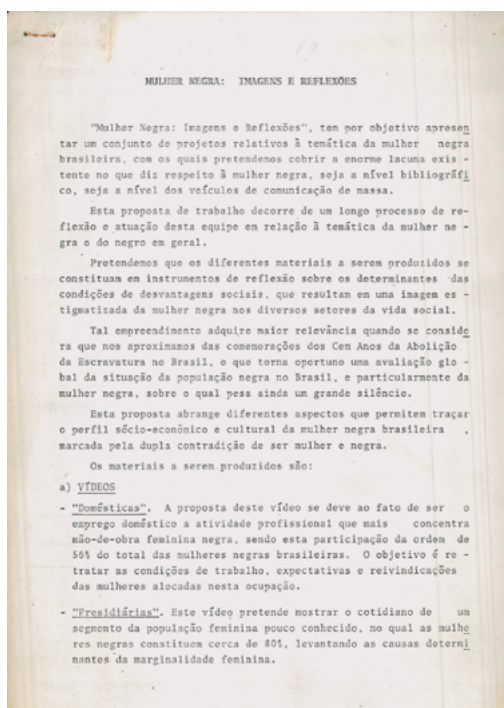
A sede de Geledés tornou-se abrigo das memórias de muitas organizações do movimento negro de mulheres negras e, assim, preservou documentos que dizem respeito a eventos singulares e à atuação de coletivos que já não existem mais. É possível acessar nesse fundo documental fontes como o *Relatório do I Encontro de Mulheres Negras*

do Distrito Federal, evento organizado em 1988, em resposta ao X Encontro Nacional de Feministas que ocorreu em 1987. “Com vistas a um estreitamento das diversas experiências de trabalho e reflexão sobre as nossas especificidades”, este encontro contou com ações em cidades satélites, como Paranoá, Cruzeiro e Ceilândia. Além disso, foi um importante fórum de discussão e elaboração de propostas que visava a “integração no processo de luta pela transformação da realidade política, social e econômica do país”. Na ocasião, também foram escolhidas as representantes para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreu entre 2 e 4 de dezembro de 1988, no Rio de Janeiro<sup>6</sup>.

O trabalho e as trabalhadoras negras tiveram

5 PROJETO, Geledés - Instituto da Mulher Negra, sem data. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth.

6 RELATÓRIO do I Encontro Nacional de Mulheres Negras do Distrito Federal, 1989 - Mulheres Negras do Distrito Federal. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth.



Projeto Mulher Negra: Imagens e Reflexões, sem data.

destaque no *I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Distrito Federal*. Ambos aparecem no relatório como um dos quatro temas do evento e como frentes de atuação importantes para combater o racismo e o sexismo. A regularização do trabalho doméstico foi o objeto central do debate, haja vista que nessa profissão a mulher negra constituía (e ainda constitui) a maioria, “inclusive se qualificando e alcançando uma remuneração superior à da mulher branca”. Nesse encontro, as participantes foram incumbidas da tarefa de discutir com as organizações das empregadas domésticas temas como a regulamentação da profissão, especialmente, a incorporação do sistema de hora-extra, realização de acordos de salários, direito à licença maternidade, 13º salário e férias. Direitos que só foram estendidos

para a categoria em 2013<sup>7</sup>, depois de pelo menos setenta anos de reivindicações<sup>8</sup>.

As trabalhadoras domésticas também aparecem com destaque nos projetos desenvolvidos pelas mulheres de Geledés. O documento *Mulher*

7 BRASIL. Emenda Constitucional nº 72. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Distrito Federal, de 2 de Abril de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm). Acesso: Maio de 2023.

8 A regulamentação do trabalho doméstico não entrou no rol de profissões cobertas pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, criada em 1943. No ano de promulgação dessa normativa, Ozéas Motta - representante dos empregadores na Comissão Nacional do Trabalho - manifestou o seu posicionamento no Jornal A Noite demarcando ser contrário à extensão do salário mínimo para as empregadas domésticas. Essa notícia nos permite afirmar que a extensão dos direitos previstos na CLT para as empregadas domésticas é um debate antigo no Brasil. Para saber mais, veja a exposição virtual: Racismos: Lutas negras no trabalho livre. Geledés - Instituto da Mulher Negra, Rede de Historiadores Negros e Acervo Cultne. Google Arts & Culture. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/pgWRxxfMrwV9Kw?hl=pt-BR>. Acesso: Maio de 2023.



*Negra: imagens e reflexões* - “um conjunto de projetos relativos à temática da mulher negra” - nos permite entender os anseios da organização e as ações relacionadas a essa categoria profissional. Para realizar a iniciativa, o instituto se propôs a produzir um vídeo com fins de “retratar as condições de trabalho, expectativas e reivindicações das mulheres alocadas nessa ocupação”. Também foi organizada uma publicação intitulada *Emprego Doméstico: a ambiguidade de uma relação social* que compilou os resultados de uma pesquisa psicossocial, realizada por Edna Maria Santos Roland, com foco a natureza das relações entre patroas e empregadas domésticas<sup>9</sup>.

Outro assunto que chama atenção nesse documento é a apresentação de um projeto para o desenvolvimento de um vídeo e de uma publicação sobre *as mulatas que não estão no mapa*. Ambos seriam produtos de uma pesquisa coordenada por Sueli Carneiro e Silvia de Souza “com o objetivo de conhecer as condições de trabalho, expectativas, vantagens materiais e simbólicas decorrentes da profissão Mulata, designação que se deslocou do seu significado racial e hoje no mundo dos espetáculos refere-se à atividade profissional, independente da cor da bailarina”.

Por meio da publicação, as pesquisadoras apresentariam os resultados da pesquisa e reflexões para colaborar no debate acerca dessa figura controversa no imaginário nacional. Infelizmente, não consegui localizar documentos que registrem os desdobramentos desse estudo e nos permitam saber se a pesquisa aconteceu ou não. Contudo, essa investigação pode ser realizada por meio da realização de entrevistas que, em conjunto com esses documentos, podem apresentar a visão dessas ativistas do movimento de mulheres negras sobre as *mulatas profissionais*. Mesmo que Lélia González e Sonia Maria Giacomini tratem dessa profissão em suas obras, ainda existem poucas informações disponíveis sobre o processo no qual uma categoria racial foi transformada

9 MULHERES NEGRAS: imagens e reflexões - sem data. Fundo Geledés - Instituto da Mulher Negra, Arquivo Edgard Leuenroth.

numa profissão entre os anos 1970 e 1990<sup>10</sup>.

Além de um rico conjunto documental, as fontes de Geledés nos ajudam a visualizar a produção intelectual do movimento de mulheres negras e o impacto dessas elaborações na produção do conhecimento e na pauta historiográfica. Diante da escassez de pesquisas e dados sobre raça/cor que possibilitassem a análise sistemática da situação do negro na sociedade brasileira, essas intelectuais negras foram pioneiras em produzir e divulgar, dados estatísticos, análises sobre as desigualdades no acesso à educação e no mercado de trabalho cruzando cor e sexo, por exemplo<sup>11</sup>. Assim, elas propuseram frentes de pesquisa que possibilitaram a elaboração de narrativas sobre a História que tivessem as mulheres negras no centro, em posições não passivas e que mostrassem a importância dessas personagens para a construção do Brasil<sup>12</sup>.

Infelizmente, o protagonismo dessas intelectuais ainda não é reconhecido de forma devida pela historiografia e pelo pensamento social brasileiro. Como aponta Sueli Carneiro, as universidades ainda reproduzem o epistemicídio que hierarquiza o conhecimento produzido por ativistas negras e negros e o coloca em uma posição inferior ao conhecimento produzido por acadêmicos

10 As mulatas profissionais foram bailarinas que surgiram na cena cultural do Rio de Janeiro e de outras localidades na década de 1970. Para saber mais, ver: GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZÁLEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 34-53; e GIACOMINI, Sônia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, n. 14, vol. 1. Abril de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xQqb6WvFn3DYPX8RqyR33bR/?lang=pt>. Acesso: Maio de 2023.

11 RIOS, Flávia Mateus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/publico/2014\\_FlaviaMateusRios\\_VOrig.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/publico/2014_FlaviaMateusRios_VOrig.pdf). Acesso: Maio de 2023. p. 146.

12 SILVA SANTOS, Taina. Mulheres negras na História: horizontes e desafios teóricos e metodológicos. In: SILVA SANTOS, Taina. *Nem sempre escravas: trabalhadoras negras em Campinas e região (1876 - 1872)*. Monografia. Unicamp - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/98509667/Taina\\_Silva\\_Santos\\_Monografia\\_docx\\_1\\_](https://www.academia.edu/98509667/Taina_Silva_Santos_Monografia_docx_1_). Acesso: Maio de 2023.

brancos<sup>13</sup>. No entanto, as ações afirmativas têm representado mudanças expressivas nas universidades e mobilizado professoras, professores, alunas e alunos a produzirem e disseminar pesquisas que dialoguem com as experiências da maior parte da população brasileira. Graças aos esforços coletivos dessas pessoas, hoje, a historiografia é mais diversa no que se refere aos temas, autores e autoras, abordagens e perspectivas teóricas e metodológicas. Ainda que seja pequeno, o número de trabalhos sobre mulheres negras produzidos por elas mesmas tem crescido devido ao ativismo de muitas das mulheres sobre as quais tratamos aqui. Que a história de Geledés vá longe nesses caminhos!

## REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Dispositivo de racialidade: a construção do não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- GIACOMINI, Sônia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, n. 14, vol. 1. Abril de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xQqb6WvFn3DYPx8RqyR33bR/?lang=pt>. Acesso: Maio de 2023.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 34-53.
- NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher negra no mercado de trabalho. In: NASCIMENTO, Beatriz. In: *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 80-85.
- PRADO, Suelen Girote do. *Caminhos que levam a Geledés: narrativas de autonomia através da organização de mulheres negras em São Paulo*. São Paulo: Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés: 2021.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e constituição do movimento negro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2013.
- RIOS, Flávia Mateus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/publico/2014\\_FlaviaMateusRios\\_VOrig.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/publico/2014_FlaviaMateusRios_VOrig.pdf). Acesso: Maio de 2023.
- SILVA, Cidinha da (org.). *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Selo Negro, 2003;
- SILVA SANTOS, Taina. Mulheres negras na História: horizontes e desafios teóricos e metodológicos. In: SILVA SANTOS, Taina. *Nem sempre escravas: trabalhadoras negras em Campinas e região (1876 - 1872)*. Monografia. Unicamp - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1257029>. Acesso: Maio de 2023.

---

13 CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. p. 48.



# **NÃO** **a Violência contra a Mulher**



PLP 2.0 é uma plataforma para auxiliar qualquer mulher em situação de violência doméstica, familiar ou sexual e é integrado a uma rede de suporte que cadastra pessoas e serviços de segurança que podem atender caso o dispositivo seja disparado enviando um SMS para pessoas cadastradas ou órgãos de segurança pública.

**Plataforma de combate a violência contra a mulher**

**[www.plp20.org.br](http://www.plp20.org.br)**



# NOSSOS DOCUMENTOS EXISTEM – FORAM PRESERVADOS POR GELEDÉS – E ESTÃO ESPERANDO POR NÓS

*Bianca Santana*

Diretora executiva da Casa Sueli Carneiro

*“[...] é nítido também que o dispositivo de racialidade se constitui, antes de tudo, em um contrato entre brancos, fundado na cumplicidade em relação à subordinação social e/ou eliminação de negros e não brancos em geral, seja no Brasil, seja no mundo. Uma dinâmica impulsionada pela articulação de técnicas disciplinares derivadas do dispositivo de racialidade e de eliminação informadas pelo biopoder.*

*É nesse contexto que se dá a resistência negra.”*  
(CARNEIRO, 2023, p. 138).

Publicada em livro pela primeira vez em 2023, a tese de doutorado de Sueli Carneiro foi defendida na Faculdade de Educação da USP em 2005. Nela, a ativista especula com Foucault ao apresentar seu conceito de dispositivo de racialidade que, como todo dispositivo de poder, produz a sua própria resistência. Na tese, agora livro, Sueli Carneiro apresenta quatro testemunhos de ativistas negros – duas mulheres e dois homens, duas pessoas de pele clara e duas de pele escura – que corporificam a resistência. “São alguns daqueles que, escapando do controle do dispositivo de racialidade e do biopoder, alcançaram a autonomia de

ação e pensamento em relação aos modos de sujeição impostos pelo dispositivo” (p. 140).

Edson Cardoso, Sonia Maria Pereira Nascimento, Fátima Oliveira, Arnaldo Xavier. Quatro ativistas ouvidos por Sueli Carneiro. Quatro testemunhos transcritos por ela. Quatro capítulos de um trabalho que abriu horizontes teóricos cada vez mais reconhecidos. Pense agora, que não apenas Sueli Carneiro, mas cada uma das fundadoras, diretoras, presidentas, colaboradoras de Geledés coletou testemunhos, cartazes, fotografias, panfletos, manuscritos, cadernos, esboços, notas, manifestos, programas, atas, artigos produzidos pelo movimento negro de todo o país nos últimos 35 anos. E que estes documentos foram tratados, organizados, digitalizados e logo poderão ser revirados por pesquisadoras do mundo todo. Que horizontes teóricos serão abertos e expandidos quando tantos dados forem analisados? O Acervo de Geledés materializa condições de muitas pesquisas que nos permitirão produzir novas informações sobre o ativismo negro, os movimentos sociais, o feminismo, as relações raciais. Sobre o Brasil.

Nos últimos anos, li diferentes estudos sobre o movimento de mulheres negras na América

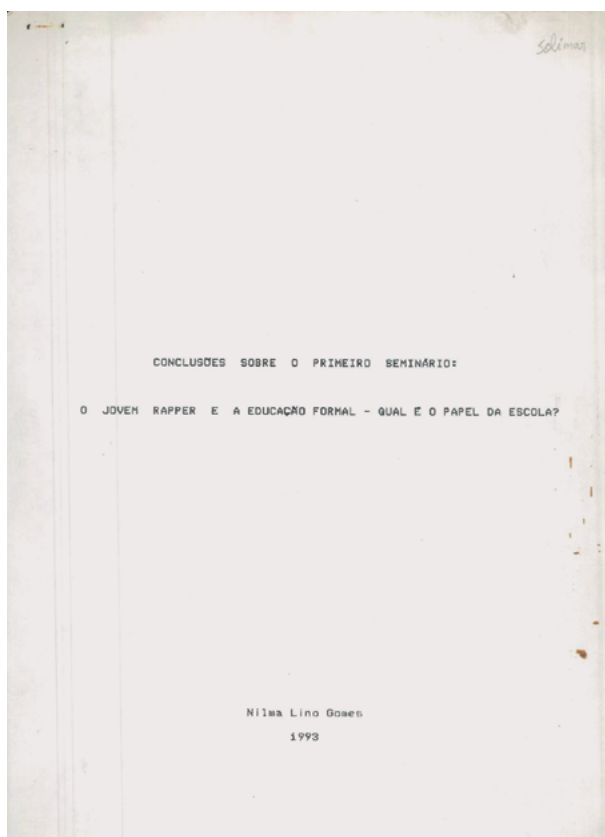


Latina. Todos eles baseados em documentos oficiais relativamente conhecidos. Quando frequentei a sede de Geledés para parte da pesquisa documental necessária à escrita da biografia de Sueli Carneiro, depois do pavor de ver documentos apinhados em armários, muitos deles oxidando com grampos de metal, fui tomada pela empolgação de pensar quantas pesquisas poderiam ser feitas naquela proliferação de documentos inéditos a mim, e possivelmente a muitas ativistas da minha geração e pesquisadoras.

“Articulação de Mulheres Negras Brasileiras Rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo” foi o título de um documento produzido no início de setembro de 2000, no Rio de Janeiro, que arrolou os temas que mulheres negras latino-americanas levariam à Conferência de Durban. Participaram 13 organizações, dentre elas Geledés, e somaram assinaturas ao documento outras 15 organizações, além de duas especialistas convidadas. Depois da Conferência,

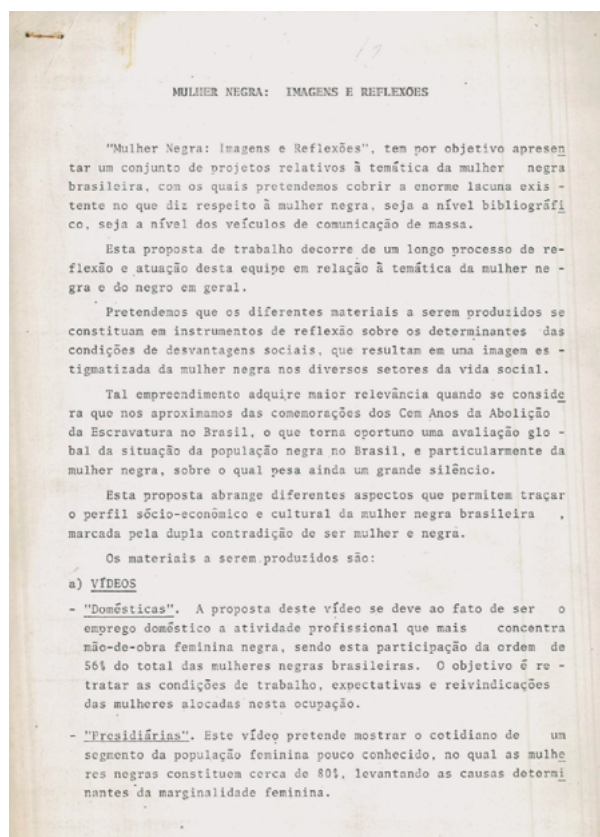
a Articulação seguiu ativa, agora chamada Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), crescendo no número de associadas – atualmente são 45 –, promovendo articulações fundamentais como a Marcha das Mulheres Negras de 2015. O documento, portanto, permite retomar o modo e as redes que construíram a agenda política para Durban, os temas primordiais para mulheres negras naquele momento, e também a genealogia da rede mais importante no enfrentamento ao racismo e ao sexismo nos últimos 23 anos.

No canto direito de uma página que carrega as marcas daquelas impressoras grandes da década de 1990, está rabiscado o nome da soberana do projeto a que pertence o documento: Solimar. Soberana porque já ouvi mais de uma vez que Geledés é composto por reinos em que cada coordenadora tem autonomia e plenos poderes. O documento “Conclusões sobre o primeiro seminário: o jovem rapper e a educação formal - qual é o papel da escola?”, assinado por Nilma Lino



Gomes, certamente foi produzido no contexto do Projeto Rappers, coordenado por Solimar. Nas seis páginas, estão registradas percepções dos jovens sobre a escola e sistematizadas recomendações pedagógicas possivelmente utilizadas na execução do projeto que durou de 1992 a 1998, mas que podem oferecer subsídios a professoras e professores ainda hoje. A evasão escolar de jovens negros é um dos problemas mais graves na educação brasileira hoje. De todos os adolescentes e jovens que abandonam o ensino médio no Brasil, 71,7% são jovens negros. Oxalá a experiência bem-sucedida do Projeto Rappers e os achados deste documento sejam apropriados por quem se dedica à educação.

Alguns documentos são disparadores de curiosidade e uma espécie de índice para mais buscas. As três páginas datilografadas sob o título “Mulher negra: imagens e reflexões” apresenta um conjunto de projetos que Sueli Carneiro, Edna Roland, Solimar Carneiro, Maria Lucia da



Silva, Marli Correia, Vera Lucia Benedito, Áurea Ferreira de Camargo, Deise Benedito e Ana Maria Silva se propuseram a desenvolver antes do centenário da abolição, em 1988. Um dos 10 projetos citados, “O poder feminino no culto aos orixás”, de Sueli Carneiro e Cristiane Cury, produto de uma pesquisa de 1984, sei que foi publicado, republicado e é, diga-se de passagem, dos meus textos preferidos. Mas não sei se foram realizados os vídeos “Domésticas” e “Presidiárias”, cujas descrições no documento são instigantes. “Calendário Deusas Negras 88”, também mencionado, já foi classificado por Sueli Carneiro em uma entrevista para a biografia como um dos projetos que mais gostou de ter feito e também dos que mais se orgulha. Então sei que foi realizado, apesar de nunca ter tido acesso a ele. Com o acervo de Geledés organizado e disponível, poderemos fazer a busca completa e compreender melhor tanto as ações de movimento de mulheres negras no centenário da abolição, como as figuras históricas



apresentadas no calendário.

Um dos capítulos de minha tese de doutorado se chama [Os documentos de nossos antepassados existem e estão esperando por nós](#). Nele, conto sobre a busca por registros do pai, avós, bisavós, tataravós de Sueli Carneiro pelo interior de Minas Gerais. Documentos produzidos pelo Estado, pela igreja, por escravocratas e colonizadores que nos viram como Outros. Documentos que sobreviveram a incêndios, enchentes, traças, apagamentos e que temos o dever geracional de buscar.

Mas estes não são os únicos documentos que nos esperam. Ouso dizer que também não são os mais importantes. Geledés produziu, coletou e preservou documentos nossos – por nós e sobre nós – nos últimos 35 anos. É motivo de grande celebração Afro Cebrap, Arquivo Edgard Leuenroth e Universidade da Pensilvânia terem se dedicado ao tratamento, salvaguarda e digitalização desse acervo.

Na Casa Sueli Carneiro temos nos dedicado desde 2021 à organização do arquivo pessoal da ativista que, somado à sua biblioteca, compõe o Acervo Sueli Carneiro, disponível no endereço <https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/>. Coordenado pela bibliotecária Ionara Lourenço, o arquivo tem hoje 2.579 documentos digitalizados e a biblioteca 1500 livros.

Bora, que temos muito a pesquisar.

# DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E RELAÇÕES RACIAIS.



PPH•RETORNO

**ARACAJU**  
22 DE MAIO DE 1998

**LOCAL:**  
AUDITÓRIO DO TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DE SERGIPE

**HORÁRIO:**  
DAS 08:00 ÀS 18:00 horas

**PARCERIAS:**  
CENTRO DE APOIO ÀS POPULAÇÕES  
MARGINALIZADAS - CEAP / RJ

INSTITUTO GELEDÉS  
DE MULHERES NEGRAS / SP

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE  
TRABALHO E DESIGUALDADES - CEERT / SP

NÚCLEO DE ESTUDOS DO NEGRO  
NEN / SC

**REALIZAÇÃO:**

**SACI**



**SOCIEDADE AFROSERGIPANA  
DE ESTUDOS E CIDADANIA**

**APOIO:**  
FUNDAÇÃO FORD / USA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE  
COORDENADORIA ECUMÊNICA  
DE SERVIÇOS - CESE  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
E DO DESPORTO E LAZER  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/SE  
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

**INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES:**  
AV. SIMEÃO SOBRAL, 692  
BAIRRO SANTO ANTÔNIO  
TELEFAX: 055(079) 211-4027  
988-1782 / 224-7579  
E-mail: saci@infonet.com.br

**COLABORAÇÃO:**



**CONVÊNIO:**  
**MINISTÉRIO**



GOVERNO DE







# FIO DA MEMÓRIA: O INÍCIO, O MEIO E O INÍCIO DE NOVO – ENTREVISTA COM SOBERANA ZIZA

*Guilherme Renan Domingos*

Graduando em Ciências Sociais na Unicamp,  
Pesquisador no Núcleo de Estudos Carolina Maria  
de Jesus – Bitita (IFCH/Unicamp) e Arte Educador  
no Museu Afro Brasil Emanoel Araujo.

Nascida no bairro do Peri Alto, Soberana Ziza, 31, é grafiteira e muralista. Busca destacar em suas obras a figura da mulher negra atrelada a uma memória ancestral e para isso utiliza-se de elementos do Afrofuturismo e da cultura Hip hop. Com trabalhos em São Paulo, Rio de Janeiro, Alemanha e Estados Unidos, Soberana Ziza é uma das artistas que se destacam na cena da arte de rua e da arte urbana ao lado de grandes nomes como Enivo, Aline Bispo Renata Felinto, Diego Mouro, Ogbá, Nazura e Auá Mendes. O uso de cores fortes para pintar a memória que luta contra o apagamento é o que une as obras. As figuras buscam representar o cotidiano de pessoas cuja presença não é comum aos centros, pelo contrário, podem até circular por ele, mas as margens são o destino que tentam lhe impor. Por serem grandes murais (ou empenas) expostos em paredes de prédios de grandes centros urbanos, metrô, marquises, pontes etc, ajudam a construir uma identidade popular e engajada em espaços privilegiados para a construção de uma identidade comum.

Nessa edição, Guilherme Domingos entrevista a artista Soberana Ziza para compreender um pouco de sua arte engajada, sua trajetória e o que busca representar em “Fio da memória”, obra que compõe a exposição “*Memórias do futuro: Cidadania negra, antirracismo e resistência*” no Memorial da Resistência, SP, com curadoria de Mário Medeiros. Com vocês, Soberana Ziza.

**Guilherme Domingos:** Seja bem-vinda à revista Cadernos Afro Memória. Para começar nossa conversa, você poderia nos contar sobre a sua trajetória de vida e formação acadêmica, relatando como se deu o seu interesse pelas artes?

**Soberana Ziza:** Sim. Bom, desde já, queria agradecer esse convite que me proporciona fazer parte dessa história, ainda que pouco, dessa história contemporânea, que hoje estou aqui em protagonismo vivenciando. Sou uma artista da Zona Norte de São Paulo, eu iniciei esse meu trajeto de vida em 2006. Nesse período, eu começo também uma aproximação muito forte por algo que

também pulsava dentro de mim, que era o movimento Hip Hop. Consegui essa aproximação deles [grafite e Hip Hop] através da Frente Nacional de Mulheres (FNM) do Hip Hop e ali tive vários espelhos. Lembrando que não somente nessa parte artística, mas também de grandes mulheres que fundaram o Hip Hop, como Sharylaine, Rose MC, Luna, nesse espaço também aprendi diversas outras coisas que só acrescentaram nessa minha trajetória de vida, principalmente estar em uma rede feminina pautando a equidade de gênero dentro de um movimento que, naquele período e hoje também é o machista.

Então, desde 2006, a gente pautava essa equidade de gênero. Hoje, a maioria dos editais de Hip Hop já contempla essa equidade. Essas mulheres também me demonstraram a importância de plantar sementes, que são essas vivências que a gente faz pela cidade, porque a gente entende que a gente é uma parte desse legado, mas que isso é contínuo, então temos que deixar que outras pessoas continuem um pouco disso que fazíamos ali em 2006. E tendo essa ideia de ser uma arte-educadora naquele período, me aproximei da universidade. Moda foi minha primeira formação, depois fui para as Artes Visuais, foi nessa graduação que compreendi a importância de aproximação entre Hip Hop com a parte da educação. Nesse período de 2011, recebo um convite para viajar para Alemanha falar um pouco sobre esse Hip Hop voltado para educação. Chegando lá, vivenciei o Hip Hop muito mais voltado para apresentações e pouco ligado a essa educação que vínhamos vivenciando fortemente aqui no Brasil. Na Alemanha percebi a importância que eles davam para as memórias do Hip-Hop nacional. Já naquele ano, percebemos o intuito de criar um grande instituto, que naquele tempo era um museu do Hip Hop na Alemanha. Então, em 2011, eles já tinham essa motivação de guardar um pouco desse legado, algo que é diferente aqui do Brasil, lá eles valorizavam muito mais as letras, que é sim a base do grafite em si de Nova Iorque.

Voltando para o Brasil sentia que o lugar de mulher negra era um lugar hostil para mim dentro do hip hop e do grafite, mesmo assim recebo

uma oportunidade de ir para Washington (DC), nesse momento a convite do próprio Museu Afro Brasil e, também, da embaixada dos Estados Unidos. Nós fomos fazer um grande mural, entendendo e conversando sobre esse tráfico que ocorreu tanto aqui como lá. Foram ao todo vinte dias na capital e lá comecei a perceber que quem estava muitas das memórias e registros, não eram grandes instituições e sim as próprias comunidades. Havia um bairro ali em Maryland, onde essas memórias eram guardadas nas ruas. Eram placas, cadeiras, casas tombadas e quem cuidava eram os próprios moradores desse bairro.

De volta a São Paulo, em 2012, começo a tentar me comunicar através das ruas revendo histórias apagadas. Faço uma grande pesquisa, porque muitas dessas histórias eu também não tinha conhecimento, e começo então a fazer uma série de murais. Como cada mural tinha um tema específico eles se desdobravam em um mural final. O primeiro falava sobre esse sequestro [escravidão] que ocorreu, ele vem com o título de “*Baobá*”. O outro, na zona portuária do Rio de Janeiro, vem com o nome “*Ancestralidades*” e fala sobre os têxteis africanos.

Após a produção dos murais compreendi que seria importante entender um pouco mais sobre a gestão da rua. Por muito tempo não podíamos acessar a rua, éramos presos e tínhamos que pagar multas. Então cursei pós em Gestão Pública pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) para ser uma artista que intervém na rua, mas que também entende um pouco da gestão da cidade. Isso foi super importante para começarmos a acessar incentivos públicos. como o ProAC, o projeto VAI, da prefeitura de São Paulo, e tantos outros. Então o grafite que era recriminado na rua e era motivo de prisão começou a ganhar prêmios culturais, nesse sentido conseguimos subverter o conceito de muralismo utilizando a cultura Hip-Hop como ferramenta.

Após esse processo de entender a cidade, de começar a intervir, mas também de começar a questionar esses lugares da cidade, eu comecei a pesquisar bairros que infelizmente sofreram o apagamento da memória negra. O meu trabalho



sempre trouxe essa questão de gênero, então sempre illustrei mulheres em todo esse meu processo, desde 2006. E, em 2020, ganhei um prêmio ProAC devido a minha trajetória de vida, que possibilita a minha última exposição, que vem com esse recorte do bairro da Liberdade, que a gente sabe que, na sua base, ele é um bairro negro. Então faço toda essa pesquisa sobre o Cemitério dos Aflitos, sobre esse bairro que construiu a primeira escola de samba da nossa cidade, que tem a madrinha Eunice na sua gestão visionária e que me fez também criar esse vínculo com alguns monumentos. A “Mãe Preta” no largo do Paissandu, e a Ladeira da Memória ali perto do Vale do Anhangabaú, são exemplos dessas conexões de apagamento de monumentos, de escolas de samba, mas sempre tendo esse recorte, a mulher negra. Esse é um pouco desse meu processo artístico até os dias de hoje.

**GD:** O muralismo é em essência a arte das ruas, do cotidiano e porque não pensar, também, em uma arte que constrói uma identidade visual comum para as pessoas que percorrem esse mesmo caminho durante a semana. Contudo, só agora as mulheres estão conseguindo se inserir nesse meio. Nesse sentido gostaria que você comentasse como foi a sua entrada nesses espaços. Quais desafios você teve para se afirmar como grafiteira e muralista?

**SZ:** Sim. É importante dizer que a gente só conseguiu acessar porque a gente estava em coletivo. Foi muito importante estar com a FNM do Hip Hop, em 2011, para entender como a gente era forte em coletivo. Vou te dar um exemplo muito mais próximo. Em 2020, eu pintei a minha primeira empena em São Paulo. A empena é aquela lateral de prédio que hoje, em São Paulo, a gente tem nas periferias e no centro da cidade. A gente pintou



essa empena em cima de um debate. O debate qual era? O direito de artistas periféricos acessarem com a sua obra de arte, o centro da cidade. Porque o que a gente via é que no centro da cidade havia esse destaque para artistas que tinham patrocínio de grandes marcas, porque é algo que não é barato, é algo que requer uma estrutura, uma superestrutura para ser feita. Então a gente faz um projeto que vem com o título de “*Estamos Vivos*”, que é essa ideia: artistas pretos periféricos, nós estamos vivos. Nós não precisamos que nenhum outro artista nos ilustre. Nós estamos aqui em protagonismo para se ilustrar. Então começamos esse debate com a própria prefeitura recebemos essa possibilidade de fazer a primeira empena nesse lugar de tanto destaque da nossa cidade. Esse é o exemplo. A gente precisa, sim, pautar algo e não num lugar solitário, e sim no lugar coletivo para que consigamos conquistar um espaço, afinal nós não subimos de degrau. Infelizmente a gente continua no mesmo degrau, apenas acessamos um outro lugar nesse mesmo degrau.

Agora, falando um pouco de rua, Hip Hop e muralismo. Há uma diferença do grafite para o muralismo. O grafite vem com o Hip Hop, nos utilizamos da rua sem permissão. Já o muralismo vem muito mais dessa questão do uso do pincel, muito mais da América Latina, então requer um tempo a mais e autorização. Na nossa cidade, o que mais pulsava era a própria pixação, então o que a gestão da cidade fez por um tempo, a partir da Lei Cidade Limpa, é que uma história, a “história feia” da nossa cidade que é ligada aos pichadores, foi apagada para que uma outra cidade nascesse, que é justamente essas grandes empenas. Fazendo isso, se apaga uma parte importante da história dessa comunidade. Então, hoje, o que vemos é esse embate do belo e o seu questionamento. A ação de pichar vem sempre atrás de um questionamento de como se colocar na cidade. Não é apenas somente letras. Então o debate de hoje, principalmente aqui no centro da cidade, é a luta do só ser belo contra aquilo que existe na entrelinha. Existe um conceito no Pixo, é uma obra que tem um conceito. Eu sou contra essas super empenas que ou é de marca,

ou só é colorida, que não traga nada na sua base, nenhum conceito, nenhuma entrelinha. Precisamos compreender que quando o artista coloca uma obra na cidade, não é uma arte somente para o artista, é algo que é para interferir também nas outras pessoas. Então o que se cria hoje nessa cidade é uma nova cidade colorida e instagramável. Então, para mim, ser somente instagramável é um problema. Eu vou dar um exemplo da minha empena que foi justamente sobre o bairro da Liberdade, é um convite para gente questionar esse bairro, que é o bairro da Liberdade. Então cada empena, cada artista tem um pouco dessa missão de ser também um caminho, de ser também um convite para acessar uma outra história.

**GD:** Em seus trabalhos, podemos perceber que você trabalha bastante com figuras femininas negras. Espelhadas inclusive. Contando com ornamentos de culturas africanas, como colares e brincos de búzios. Ao mesmo tempo, seus traços nos remetem à estética afrofuturista. Isso fica evidente na sua obra *Fio da Memória, que faz parte da exposição Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência*, exposta no Memorial da Resistência com curadoria de Mário Medeiros. Como se deu a sua aproximação com o afrofuturismo? E como você interpreta a memória em seu trabalho?

**SZ:** Maravilha. Bom, esse convite que eu recebi do Mário foi muito gratificante. Primeiramente, por estar nesse museu que tem muito a ver com o que eu falo, o Memorial da Resistência, um lugar onde a gente guarda muitas dessas memórias. Então assim, recebo essa demanda do Mário de falar sobre o *Geledés*. Então, qual foi a minha interpretação sobre esse assunto? A obra que a gente pode ver, sim, são duas mulheres espelhadas, mas a obra em si, traz na sua entrelinha uma ideia que é muito básica, que é: tudo o que o instituto falava tempos atrás, infelizmente ainda é pauta neste contemporâneo. Então essa mulher é como se fosse o início, esse meio. Ao centro também tem a logo da própria instituição [Geledés], e no final, se repete uma outra mulher. As



duas seguram esse fio da memória. Então é como se fosse o início, o meio e o início de novo, porque esse processo não teve fim. Portanto pode continuar com essa ideia de que logo mais outra mulher continuará a pegar esse fio. Então é um pouco disso. Infelizmente, muitas das pautas que foram debatidas na formação do Instituto Geledés ainda são debatidas nesse contemporâneo. E essas mulheres deitadas são um pouco desse símbolo que resgato do meu outro trabalho na Zona Norte do Rio de Janeiro, nesse primeiro mural chamado “Baobá” e se repete aqui em “Fio da memória”. Vemos também essa questão circular, por ser esse início, meio e início, então, ao fim, eles se ligam. Há essa questão do círculo em si, se a gente ligar as duas pontas, ela vira um círculo. Um círculo infinito.

**GD:** Como se deu a sua relação com o afrofuturismo? Porque, nesse mural também podemos perceber traços do afrofuturismo.

**SZ:** Sim. Minha aproximação com o afrofuturismo, não foi devido ao filme *Pantera Negra*, todo mundo fala do afrofuturismo a partir dele. Mas o afrofuturismo é algo muito mais forte, ao passo que possui certas características que eu enquanto artista também desenvolvo dentro dos meus projetos. Eu gosto de trazer uma equipe negra. Então, dentro do afrofuturismo, muitos dos estudiosos dizem que o próprio filme *Pantera Negra* por ter na sua base a comunidade branca não é um filme afrofuturista, porque pra ele ser, a gente tem que ter em total estrutura a comunidade negra. Então isso era algo que eu já desenvolvia, também essa projeção do futuro, esse olhar ao futuro. Essa obra futurista [Fio da memória] fala um pouco disso, de algo que a gente está debatendo nesse contemporâneo para projetar um novo futuro. Uma possibilidade de um novo futuro mais à frente. Então é um pouco desse recorte que eu também trago nessa obra lá no Memorial da Resistência.





“

O  
i



Unid@s

combaten

gualdade



